

THAIS CARNEIRO CASSIANO OLIVEIRA

Matrícula: 11211ECO048

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: análise do
Território Sertão de Minas induzido por políticas públicas a partir dos anos
2000**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA

2018

THAIS CARNEIRO CASSIANO OLIVEIRA

Matrícula: 11211ECO048

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE DO
TERRITÓRIO SERTÃO DE MINAS INDUZIDO POR POLÍTICAS
PÚBLICAS A PARTIR DOS ANOS 2000**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Clesio Marcelino de Jesus

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA

THAIS CARNEIRO CASSIANO OLIVEIRA

Matrícula: 11211ECO048

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE DO TERRITÓRIO
SERTÃO DE MINAS INDUZIDO POR POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DOS
ANOS 2000**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 21 de Junho de 2018.

Prof. Dr. Clesio Marcelino de Jesus (Orientador). IERI/UFU

Prof. Dr. Bruno Benzaquen Perosa. IERI/UFU

Prof. Dr. Carlos César Santejo Saiani. IERI/UFU

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, sobretudo, ao Instituto de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, pelos momentos de aprendizado na referida instituição. Aos técnicos do instituto, pelos auxílios com documentações durante o curso.

Ao corpo docente do Instituto de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, pelas aulas enriquecedoras que tiveram um significado ímpar na minha formação.

Ao professor Dr. Clesio Marcelino de Jesus que orientou este trabalho: agradeço pelos olhares atentos para esta monografia, e, os momentos de reuniões de orientação.

Aos professores Dr. Bruno Benzaquen Perosa e Dr. Carlos César Santejo Saiani, que aceitaram o convite para participar da banca.

RESUMO

Esse trabalho analisa o Território Sertão de Minas localizado no centro do Estado de Minas Gerais, que foi induzido por políticas públicas de abordagem do desenvolvimento territorial rural a partir dos anos 2000. Dessa maneira, visando alcançar o objetivo da pesquisa, foi realizada uma breve recuperação do desenvolvimento territorial no Brasil, com destaque aos principais elementos analíticos; o interesse da pesquisa é entender os possíveis resultados que as políticas de desenvolvimento rural propiciaram para o desenvolvimento das regiões rurais deprimidas, e também os desdobramentos de políticas públicas que levaram à criação dos territórios mineiros. O território Sertão de Minas foi analisado quantitativamente e qualitativamente, por um conjunto de dados, que caracterizaram o seu perfil em termos geográfico e demográfico; sociais e habitacionais; econômicos e produtivos. A análise desses dados permitiu explicar os fenômenos socioeconômicos que impactaram na vida da população residente em cada município no território Sertão de Minas. Os resultados da pesquisa sinalizam que as políticas públicas nos municípios do território Sertão de Minas, alcançaram as populações mais vulneráveis em razão de melhoria nos indicadores sociais que foram analisados nos últimos anos. Conclui-se que as políticas direcionadas para o território Sertão de Minas deveriam ser ampliadas para abarcar mais a população local e não cessar, como de fato vem ocorrendo no governo atual.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Territorial, Políticas Públicas, Território Sertão de Minas, Municípios.

ABSTRACT

This work analyzes the Sertão de Minas Territory located in the center of the state of Minas Gerais, which was induced by public policies to approach rural territorial development starting in the year 2000. Thus, in order to reach the research objective, a brief recovery of territorial development in Brazil, with emphasis on the main analytical elements; the interest of the research is to understand the possible results that rural development policies have contributed to the development of depressed rural regions, as well as the unfolding of public policies that led to the creation of mining territories. The territory of Sertão de Minas was analyzed quantitatively and qualitatively, by a set of data, which characterized its profile in geographic and demographic terms; social and housing; economic and productive. The analysis of these data allowed explaining the socioeconomic phenomena that impacted the life of the resident population in each municipality in the Sertão de Minas territory. The results of the research indicate that public policies in the municipalities of Sertão de Minas have reached the most vulnerable populations due to the improvement in social indicators that have been analyzed in recent years. It is concluded that the policies directed to the Sertão de Minas territory should be expanded to include more local population and not cease, as it has been occurring in the current government.

Key words: territorial development, public policies, Sertão de Minas territory, municipalities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONDEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
DTR	Desenvolvimento Territorial Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEADER	Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNDRS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
PROCERA	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PROINF	Programa de Infraestrutura
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SESAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
TC	Território da Cidadania
TR	Territórios Rurais
TSM	Território Sertão de Minas
VAB	Valor Adicionado Bruto

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, Minas Gerais e Território Sertão de Minas.....	32
GRÁFICO 2	Mortalidade Infantil no Território Sertão de Minas- Minas Gerais.....	34
GRÁFICO 3	Renda Per Capita (R\$) no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.....	39
GRÁFICO 4	Percentual da Renda Proveniente dos Rendimentos do Trabalho no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.....	40
GRÁFICO 5	Percentual de Pobres no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.....	42
GRÁFICO 6	Percentual de Extremamente Pobres no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.....	44
GRÁFICO 7	Percentual de Domicílios com Energia Elétrica no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.....	48

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 – Territórios induzidos Pelo Governo Federal no Estado de Minas Gerais em 2009.....	26
FIGURA 2 – Mapa do Território da Cidadania Sertão de Minas.....	29

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Demografia do Território Sertão de Minas (2000 e 2010).....	31
TABELA 2	Educação no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.....	36
TABELA 3	Dados do Programa Bolsa Família no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.....	45
TABELA 4	Participação da Agropecuária, Indústria e Serviços no Valor Adicionado Bruto (VAB) no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.....	51
TABELA 5	Produto Interno Bruto (PIB) e PIB <i>Per Capita</i> no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil (2000-2014).....	54
TABELA 6	Perfil da Estrutura Fundiária do Território Sertão Minas, Minas Gerais e Brasil.....	56
TABELA 7	Área Plantada (ou destinada à colheita em Hectares) das Lavouras Temporárias, Dentre as Principais Culturas Agrícolas Identificadas e Valor da Produção (R\$1000) no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil (2015).....	58
TABELA 8	Área Plantada (ou destinada à colheita em Hectares) das Lavouras Permanente, Dentre as Principais Culturas Agrícolas Identificadas, Valor da Produção (R\$1000) no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil (2015).....	60
TABELA 9	Efetivo da pecuária, por tipo, Valor da Produção (R\$ 1000) no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil (2015).....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1– O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	15
1.1 - Breve recuperação da temática do Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil	15
1.2 - Das experiências á formação de territórios: a política de desenvolvimento territorial rural.	19
1.3 - Desenvolvimento Territorial Rural induzidos por políticas públicas em Minas Gerais	24
CAPÍTULO 2 - O TERRITÓRIO SERTÃO DE MINAS	28
2.1 - Território Sertão de Minas: Características Geográficas e Demográficas	29
2.2 - Território Sertão de Minas: Características Sociais e Habitacionais	32
2.3 – Território Sertão de Minas: Perfil Econômico e Produtivo	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento territorial rural no Brasil tem sido importante em pesquisas acadêmicas e na execução de políticas públicas voltadas para os territórios com baixos indicadores socioeconômicos, muito embora, no atual momento, o Governo Federal reduziu suas ações¹. A abordagem territorial para desenvolvimento rural ganhou relevância a partir da década de 1990 no contexto de minimização das ações do Estado com ênfase na liberdade do mercado, e, perante os processos de descentralização administrativa, impulsionada pela crise do Estado na segunda metade do século XX (ORTEGA, 2008).

As experiências de desenvolvimento territorial que emergiram neste contexto, indicavam a necessidade de uma organização da sociedade e do poder público local para que pudesse buscar um objetivo comum no país: o desenvolvimento. Diante disso, houve a necessidade – por parte do Governo Federal – em criar projetos de desenvolvimento que atendessem as particularidades territoriais.

Sendo assim, o objetivo desta monografia é analisar o Território Sertão de Minas fruto de políticas públicas de enfoque territorial rural que visava promover o desenvolvimento rural no Território Sertão de Minas a partir dos anos 2000. Portanto, busca-se investigar o impacto da política territorial entre dois períodos distintos para verificar no consórcio territorial de desenvolvimento rural denominado de Território Sertão de Minas em Minas Gerais.

A escolha desse território se deu por ser beneficiário dos programas Territoriais (Territórios Rurais – TRs e Territórios da Cidadania – TCs) do Governo Federal por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2018). A inclusão desse território no Programa Territórios Rurais - TRs, deve-se ao registro significativo no nível de pobreza e desigualdade regional entre as distintas regiões do Estado.

Para alcançar o objetivo geral, foi analisado o impacto das políticas públicas no Território Sertão de Minas a partir dos anos 2000, entretanto, tornou-se necessário percorrer etapas intermediárias que representaram os objetivos específicos da pesquisa, a saber: revisão da literatura sobre a temática do desenvolvimento territorial; análise dos programas de cunho territoriais rurais desenvolvidas pelo Governo Federal nos anos 2000, a análise do perfil

¹ Percebeu-se ao longo desta pesquisa, que a partir dos anos 2010, houve redução nas ações de políticas públicas voltadas para os territórios deprimidos, e sua quase extinção no governo atual. O conceito de territórios deprimidos foi trabalhado nesta monografia tendo como pressuposto as colocações de Ortega (2008).

geográfico/demográfico; social, habitacional, econômico e produtivo dos municípios do território.

A problemática central adotada nesse trabalho é de qual a contribuição da política pública territorial para promoção do desenvolvimento rural sobre o território Sertão de Minas. Como hipótese, acredita-se que o território Sertão de Minas apresentou progresso significativo em termos socioeconômicos com a introdução de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural.

Os métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa são: método dedutivo e indutivo, método estatístico-descritivo e o método comparativo. A escolha das variáveis para o território investigado, bem como a coleta dos dados e análises foram verificados com o uso de algumas teorias acerca do desenvolvimento territorial rural.

Conforme Lakatos e Marconi (2007, p.97), “o dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas; o indutivo tem o objetivo de ampliar o alcance dos conhecimentos”. O método estatístico-descritivo envolve a organização dos dados, como por exemplo; o cálculo das médias e o cálculo da média ponderada do territorial.

O método comparativo foi usado para fazer uma comparação do território antes e após a aplicação da política pública. Valeu-se de dados dos censos agropecuários e populacionais do IBGE. Dados sociais, como IDH, educação, mortalidade infantil, renda, pobreza e acesso à energia elétrica – ambos do Atlas de Desenvolvimento Humano – a partir das tabulações, interpretação e análises dos mesmos, assim como, observação acerca dos dados do Programa Bolsa Família.

A metodologia utilizada passou por revisão teórica sobre o tema, mostrando em qual contexto surgiu essa abordagem; seus principais elementos com destaque para o capital social; a diferença entre o desenvolvimento autônomo e o induzido; e a constituição do território pesquisado, com contribuições de importantes pesquisadores, numa análise mais qualitativa que corresponde ao objetivo específico².

A parte quantitativa da pesquisa é composta pela análise das informações de documentos referente ao território e dados secundários obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); no Atlas de Desenvolvimento Humano; nos sítios dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS), utilizados como fontes de dados para esta pesquisa, considerando os municípios dos recortes territoriais.

² No intuito de analisar os dados, importa compreender se houve melhorias nos municípios pertencentes ao Território Sertão de Minas.

Os dados selecionados abarcaram a década de 1990³ e a primeira década dos anos 2000, os quais analisados qualitativamente e quantitativamente, por meio de tabulações especiais, com a aplicação da estatística descritiva, especialmente, com o cálculo de médias ponderadas gerou informações que permitiram comparar a média estadual com o território.

A Monografia está dividida em dois capítulos, junto com a introdução e a conclusão.

O capítulo 1 intitulado “Desenvolvimento Territorial Rural”, apresenta no item 1.1 “Breve recuperação da temática do desenvolvimento territorial rural no Brasil”, partindo da evolução do sistema capitalista, chegando ao debate de que além do crescimento deve haver desenvolvimento. No item 1.2 “Dos elementos a formação de territórios, a política de desenvolvimento territorial rural”, a partir da evolução mencionada anteriormente, reconhecemos a desigualdade econômica e social que estava acontecendo no país. No item 1.3 “Desenvolvimento territorial rural induzidos por políticas públicas em Minas Gerais”, apresentamos os desdobramentos nas políticas públicas indutoras de desenvolvimento rural em âmbito nacional e estadual, que levou a constituição dos territórios mineiros.

No capítulo 2 intitulado “O Território Sertão De Minas”, trabalhamos os Territórios Sertão de Minas em suas múltiplas dimensões: geográficas e demográficas, sociais e habitacionais, econômicas e produtivas. No item 2.1 “Território Sertão de Minas: Características Geográfica e Demográfica” sintetizamos as características da população; sua distribuição entre o meio urbano e rural e a taxa anual de crescimento; o êxodo rural e a densidade demográfica (Atlas e IBGE). No item 2.2 “Território Sertão de Minas: Características Sociais e Habitacionais”, elencamos a evolução de alguns indicadores sociais e habitacional obtidos no Atlas como: IDH; Mortalidade Infantil; Educação; Renda; Pobreza; Acesso à Energia Elétrica e os dados do Programa Bolsa Família (Portal da Transparência) referente ao Território Sertão de Minas. No item 2.3 “Território Sertão de Minas: Perfil Econômico e Produtivo” abordamos um conjunto de variáveis, apresentamos a dinâmica econômica e produtiva com a análise do Valor Adicionado Bruto (VAB); do Produto Interno Bruto (PIB); Estrutura Fundiária e da Produção Agrícola e Pecuária provenientes do IBGE.

Todo esse trabalho permitiu concluir que a indução de políticas públicas, foram insuficientes para alterar a trajetória de baixo dinamismo econômico e social, nos municípios do Território Sertão de Minas.

³ O programa Território Sertão de Minas foi criado a partir de 2003, contudo, relacionar a periodização nos anos de 1990 permite investigar a existência de várias políticas públicas, anteriores a este período, voltadas para a região, as quais oferecem embasamento para discutir aquelas relacionadas com o programa TSM.

CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

Neste capítulo foi realizada uma breve recuperação da temática do Desenvolvimento Territorial Rural e dos elementos para a formação dos territórios no Brasil; referência para o estudo de caso a seguir. Com os elementos apresentados chegam-se as políticas públicas que tem por objetivo promover o desenvolvimento territorial dos territórios deprimidos e com baixo índice de desenvolvimento.

1.1 – BREVE RECUPERAÇÃO DA TEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL

As manifestações do pensamento de desenvolvimento ganharam espaço nos debates econômicos e políticos desde meados do século XX. Segundo Ortega (2008) e Jesus (2013), a temática do desenvolvimento tem despertado o interesse de diferentes áreas do conhecimento, além de organizações públicas e privadas, inclusive, internacionais como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial. É justamente no processo de se buscar o desenvolvimento para as diferentes partes do mundo, que surgiram as diferentes experiências de desenvolvimento; inclusive o territorial que vem sendo bastante implementado no Brasil.

Ações em prol do desenvolvimento econômico ganharam destaque com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, quando se obteve uma mudança importante no pensamento hegemônico mundial, ficando claro que não bastava buscar crescimento econômico para diminuir as desigualdades territoriais sem gerar um processo de desenvolvimento econômico e social. As economias nacionais precisavam minimizar as desigualdades socioeconômicas entre as nações (HOBSBAWM, 1995).

Para Ortega (2007, p. 275), com o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria que por meio da sua disputa entre os dois blocos, a expressão de desenvolvimento ganhou espaço nos debates econômicos e políticos entre as nações hegemônicas do mundo capitalista e comunista, “fosse para impedir o avanço de um sistema sobre o outro em regiões pobres, fosse para demonstrar a superioridade de um sobre o outro”. Nas regiões subdesenvolvidas, as nações capitalistas e comunistas priorizavam a necessidade em alcançar um desenvolvimento.

Essa periodização é importante para observar as transformações que ocorreram a partir da década de 1940, a fim de compreendermos a necessidade de programas voltados para regiões subdesenvolvidas.

Para discutir o desenvolvimento econômico no Brasil, é importante recapitularmos o papel central que o Estado desempenhou ao longo do último século. Segundo Jesus (2006, p.16) “é a partir dos anos de 1930, que o governo brasileiro fez uma opção ‘desenvolvimentista’ para a nação”. Neste período, iniciava-se a execução de projetos de transformações que tinham como objetivo a superação dos obstáculos rumo ao desenvolvimento industrial, que possuía uma base produtiva hegemônica voltada para a atividade agrícola exportadora, com grandes desigualdades territoriais, políticas e sociais, e com uma população predominantemente rural.

De acordo com Jesus (2013, p. 56), “... no início dos anos de 1970, Celso Furtado já alertava para os limites do processo de desenvolvimento econômico, influenciado, fundamentalmente, pela dinâmica das economias centrais”. O processo de desenvolvimento econômico no país proporcionou o crescimento do Produto Interno Bruto com pouco desenvolvimento social.

Segundo Jesus (2013, p.56):

O Brasil deixou de ser apenas uma economia agroexportadora e importadora de produtos manufaturados, passando a ser caracterizado como uma sociedade industrial moderna, com importantes cadeias industriais e uma importante classe de operários.

Contudo, o processo desenvolvimentista impulsionado pelo Estado centralizador, promoveu uma modernização conservadora no país, ou seja, resultou em um crescimento econômico no Brasil neste período.

Entretanto, no final da década de 1970 e início da década de 1980, o Estado Brasileiro já não conseguia promover mais crescimento e desenvolvimento. Neste período, às ações do Estado estavam voltados ao combate da crescente dívida externa e da elevada inflação, que impactaram o papel centralizador do Estado.

A década de 1980 foi considerada como uma década perdida em termos de desenvolvimento econômico, porém neste período ocorreu o fim do regime militar e redemocratização do país, ocasionando em uma importante mudança no processo político, levando a uma nova Constituição Federal. Segundo Cano, “fortaleceu as bases democráticas do país, ampliando ou explicitando melhor os direitos sociais e promovendo um conjunto amplo de reformas” (CANO 2000, *apud* JESUS 2006, p.18).

De acordo com Ortega (2008, p.14) em “Territórios Deprimidos: Desafios para as Políticas de Desenvolvimento Rural”:

Sob um contexto de crises econômicas surgiram experiências buscando encontrar respostas autônomas de desenvolvimento para os espaços locais. A vitória da

sociedade civil organizada, que reivindicava mais espaço na gestão pública (participação nos conselhos, orçamento participativo), gerou um processo de luta pela radicalização da democracia por meio de experiências locais. Buscava espaços para construção de um modelo de desenvolvimento que negava as formulações centradas no modelo top – down de planejamento, que desconsideravam as opiniões da sociedade local com respeito aos projetos formulados pelo governo central.

Podemos entender que a Constituição de 1988 representou um ponto positivo no que diz respeito ao processo de descentralização, assim como Buarque argumenta: “a pressão interna por meio da presença dos movimentos sociais, influenciando a elaboração da Constituição de 1988, mesmo que de forma desordenada, garantiu importantes avanços no processo de descentralização” (BUARQUE, 2002 *apud* JESUS, 2006, p. 18). Isso significa que o processo de descentralização, tanto no Estado quanto na sociedade civil, levou o poder público local a ganhar maior autonomia na gestão de serviços e projetos públicos.

Schneider (2004) mostra que a mudança no perfil de intervenção do Estado e das políticas públicas, iniciou com o esgotamento conceitual da abordagem regional, intensificando nos anos de 1980 quando o neoliberalismo se sobrepõe às perspectivas Keynesianas que vigoravam desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

As dificuldades de acompanhar as mudanças que surgiam em face da globalização marcaram a economia contemporânea. As ações do Estado deixaram de ser o fio indutor do desenvolvimento econômico, elevando a participação de vários grupos que representam a sociedade civil. Assim para Schneider (2004, p.102):

O território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, às fortes críticas as quais vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego e a violência.

Tais mudanças, frutos da crise que o Estado central enfrentou resultou em um novo conjunto de políticas descentralizadas e de redução do papel desse Estado. O conjunto de medidas sob a égide de instituições multilaterais ficou conhecido como Consenso de Washington, que Baumann (2000, p.13), apresenta de forma sintetizada como sendo:

[...] disciplina fiscal, redirecionamento das prioridades de gastos públicos para área da saúde, educação e infraestrutura, reforma fiscal (ampliando a base fiscal e reduzindo impostos marginais), estabelecendo taxas de câmbio competitivas, garantia dos direitos de propriedade, desregulamentação, liberalização comercial, privatização, eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro e liberalização financeira.

Segundo Ortega (2008, p.14-15) “a década de 1990 esteve marcada por um intenso processo de desregulamentação na economia. Seguiu-se com uma onda neoliberalizante que

se fez hegemônica mundialmente, e que levou à redução da participação do estado na economia”.

O processo de descentralização ganhou força neste período com uma estratégia de desenvolvimento autônomo e endógeno. Este processo, segundo Bennett:

...vem se dando por meio da criação de novas instâncias administrativas autárquicas, do próprio governo central; pela transferência de poder às instâncias subnacionais; por meio do fortalecimento das organizações da sociedade civil. Com a descentralização o poder público local ganhou maior autonomia na gestão de serviços e projetos públicos executados localmente. (Bennett *apud* ORTEGA, JESUS, LIMA E MUNIZ, 2009, p.04)

As instituições multilaterais recomendavam o desenvolvimento local, com a indução, por parte dos governos nacionais, de arranjos socioprodutivos locais e com um desenvolvimento de baixo pra cima – *bottom-up*. Nas estratégias de cima para baixo as questões de cunho econômico se sobrepõem as demandas sociais, nas de baixo para cima, prevalecem as maiores potencialidades para o desenvolvimento.

Isto porque, a descentralização pressupõe maior articulação da comunidade, o que pode valorizar os aspectos sociais e aumentar os resultados das políticas já que os atores locais conhecendo suas necessidades estarão mais mobilizados com os projetos. A motivação dessa maior participação local implica na transformação de atores locais em indivíduos que portam direitos (DAGNINO, 1994 *apud* ORTEGA, 2008).

Portanto, existe dificuldade na combinação de projetos de desenvolvimento local que busquem compatibilizar diversos interesses entre as esferas públicas e privadas. E para que essa intervenção dual seja com êxito, deve haver a combinação da comunidade com o governo. Sendo assim, dialogamos com Ortega (2008, p.33) quando aponta que: “Desde cima, com políticas estruturantes para a realidade local, e desde baixo com projetos viáveis, elaborados de maneira participativa com base em um pacto territorial”.

Percebe-se dessa maneira, que a atuação do Estado deve ser forte o suficiente, tornando igualitária a distribuição dos recursos para as políticas de desenvolvimento territorial rural.

Portanto, neste primeiro item podemos concluir que o Desenvolvimento Territorial Rural, veio para promover o desenvolvimento nos territórios deprimidos, diante da importância da política de criação de territórios pelo Brasil, tornando-se importante demonstrar os resultados alcançados por uma mobilização política em prol do rural, e assim averiguar seus impactos sobre os municípios e nas populações incluídas num território, para constatar se essas políticas obtiveram êxito na redução das desigualdades regionais.

1.2 DAS EXPERIÊNCIAS Á FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS: A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL.

O desenvolvimento territorial apresenta vários formatos; um deles é o desenvolvimento territorial rural. Neste item, discutimos as experiências que levaram ao desenvolvimento local e à formação dos territórios.

Como visto no ponto anterior, e tomando como referência os estudos de Ortega (2008) e Jesus (2013), pode-se observar que; com a descentralização política, o debate sobre o desenvolvimento local ganhou força no Brasil, com a criação de vários conselhos, alguns com responsabilidade de formulação e gestão de políticas públicas, particularmente nos territórios deprimidos.

Ainda segundo os autores, algumas experiências serviram de referência e inspiraram a adoção da abordagem direcionada para o desenvolvimento de territórios rurais na América Latina e Brasil, trata-se de casos em que o desenvolvimento ocorreu; por um lado, pelas ações endógenas no interior de territórios (Terceira Itália) e; por outro, pelas políticas promovidas pelo Estado com vistas a construir arranjos produtivos territoriais (JESUS, 2013).⁴

O debate de desenvolvimento local e territorial foi influenciado com base na experiência europeia, com um destaque para a Terceira Itália, que foi utilizado como uma referência para o resto do mundo na formulação e implantação de estratégias de desenvolvimento endógeno, tomando como referencial o território em que entidades como o Banco Mundial e o FMI passaram a recomendar.

Segundo Jesus (2006, p.20) “as especificidades locais da Itália, derivadas da cooperação entre os agentes econômicos envolvidos no território, constituíram os elementos necessários para promoção do desenvolvimento”. Contudo a Itália se desenvolveu teve crescimento, e a sociedade local se articulou e se organizou, promovendo um desenvolvimento vindo de baixo pra cima.

Na década de 1990, o governo Fernando Henrique Cardoso começou a pensar nas propostas de desenvolvimento local para o Brasil, criando o Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS), que tinha como objetivo a indução do desenvolvimento dos municípios mais deprimidos, influenciado justamente pela terceira Itália e seguindo recomendações.

⁴ De acordo com Jesus, o programa LEADER, foi “... uma política de desenvolvimento territorial da União Europeia e seus Estados membros voltada para as zonas rurais por meio do apoio a projetos de espectro variado dentro de arranjos socioprodutivo”.

“De acordo com a concepção do DLIS, o desenvolvimento de uma localidade depende, fundamentalmente, de um ambiente que favoreça o empreendedorismo individual (capital humano) e coletivo (capital social)” (FRANCO 2002 *apud* ORTEGA, 2008, p. 158). O investimento busca melhorar a vida das pessoas individualmente e são feitos por meio do capital social, com o objetivo de melhorar a convivência e a cooperação nas comunidades. O processo integrado dos investimentos em capital humano não é realizado para desarticular o ambiente social.

Ortega e Cardoso (2002) apontam que o debate em torno do desenvolvimento rural no Brasil, mais recentemente, foi fortemente influenciado pela experiência européia de implantação do programa LEADER, que, desde 1991, buscava fortalecer uma Europa rural integrada na economia, graças aos seus recursos e às suas iniciativas locais.

Segundo Ortega (2008, p.98) “o programa LEADER baseia-se na concepção de que o desenvolvimento rural tem de ser pautar em novos modelos, que não podem ter como estrutura exclusivamente as atividades agropecuárias”. As ações desse programa estão direcionadas para as regiões deprimidas por meio de um conjunto de políticas voltadas para a geração de atividades, emprego e fortalecimento do território.

A política LEADER possui traços de ações vindas da intervenção dos Governos (nacionais e regionais) da União Europeia com a forte participação da sociedade local (ORTEGA, 2008).

De acordo com as discussões apresentadas por Jesus (2013), o programa LEADER tem como objetivo, a valorização de suas próprias potencialidades locais, criando hábitos para convívio entre a população local, responsabilizando e valorizando o desenvolvimento econômico, social e cultural do meio rural, despertando um espírito de cooperação entre os municípios nos territórios rurais.

Em relação ao sucesso da experiência do Programa LEADER, não se deve querer reaplicar essa política no Brasil e obter os mesmos resultados que lograram na União Européia, porque são realidades distintas, cujas diferenças vão muito além dos aspectos da política de desenvolvimento territorial rural.

Além de ter sido influenciado pela Terceira Itália e pelo Programa LEADER, para compreender melhor a abrangência da abordagem territorial do desenvolvimento, faz-se necessário, apresentar um conjunto de elementos fundamentais que dão suporte ao enfoque territorial do desenvolvimento rural. É importante discutir e distinguir os limites do que seria rural em relação ao urbano, ou seja, é preciso superar a dicotomia rural/urbano.

Tomando como exemplo o caso dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), principalmente o Projeto sobre Indicadores de Emprego Rural (“REMI Project”), Veiga (2004, p.27) demonstra o importante papel do enfoque do desenvolvimento territorial na promoção do desenvolvimento rural tendo como base as diferenças de indicadores dentro de cada país. Neste sentido, como bem lembra Veiga, “(...) as desigualdades internas às regiões rurais de um mesmo país podem ser muito mais significativas que as referentes ao contraste rural/urbano”.

Em *Cidades Imaginárias*, Veiga apresenta um país que é menos urbano do que imaginamos. Isto porque não passa de um exercício de ficção supor que em cerca de 5.600 municípios brasileiras residam 82% da população, nos seus cálculos, aproximadamente 70% da população do Brasil estaria distribuída em no máximo 800 cidades, enquanto o restante da população se encontraria nos municípios rurais (VEIGA, 2002).

O autor faz questão de enfatizar que o rural é territorial e não setorial como as políticas públicas insistem em recomendar. É por se tratar de um contingente significativo de pessoas em localidades cuja dinâmica é rural no Brasil, que Veiga (2002) mostra que muitas sedes municipais não passam de cidades imaginárias.

Deve-se superar a dicotomia rural/urbano nas políticas públicas, bem como a visão daqueles que caracterizam o rural como local de atraso. Com a intenção de avançar nesta discussão e na superação das ideias pré-concebidas sobre o rural, é que o citado autor propõe “um plano que contenha diretrizes, objetivos e metas que favoreçam sinergias entre a agricultura e os setores terciários e secundários das economias locais” (VEIGA, 2002, p.47).

Contudo, no Brasil a partir dos elementos apresentados, visto que os territórios rurais têm ampliado as possibilidades de articulação dos atores locais, com a criação de sinergia entre seus pares, em prol do desenvolvimento local, territorial e do próprio desenvolvimento da economia brasileira, foram consolidadas políticas para o desenvolvimento territorial rural.

Outros elementos resultaram no processo de implantar uma política de desenvolvimento territorial, como é o caso da política de crédito para a agricultura familiar. No entendimento geral, com a pressão de grupos da sociedade, como o dos trabalhadores rurais sem-terra, exigiram mudanças no direcionamento das políticas rurais⁵.

⁵ De acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário: “O movimento sindical dos trabalhadores rurais há muitos anos vinha defendendo uma política agrícola diferenciada aos pequenos produtores. Em 1994, depois da Jornada de Luta (atual Grito da Terra), liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape). No ano seguinte, a proposta foi aprofundada com definição de taxa de juros, fonte de recursos e foco no agricultor familiar. Foi instituído, então, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio da Resolução 2.141, de 24 de agosto de 1995, "destinado ao apoio

Segundo Ortega (2008, p.124) “em 1994, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) realizaram um estudo que propunha vários instrumentos de política destinados à agricultura familiar”.

O INCRA e a FAO, deixou as orientações iniciais e os segmentos em transição, para priorizar a incorporação dos chamados agricultores periféricos.

De acordo com Ortega (Idem, p.124), “no ano de 1995, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CONDEFAT) destinou o volume de R\$200 milhões para que fossem aplicados na produção familiar”. Neste mesmo ano, foram estabelecidos regras de financiamento para a agricultura familiar.

Segundo Ortega (2008, p.125) “em 28 de junho de 1996 mediante o Decreto nº 1.946, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares”.

Tal iniciativa teve a finalidade em promover o desenvolvimento sustentável, e, aumentar a capacidade produtiva dos agricultores familiares, gerando mais empregos e melhorando a renda.

O PRONAF estabelece três linhas principais de financiamento: capacitação; infraestrutura e serviços e crédito:

Os recursos do PRONAF são liberados por quatro fontes controlados pelo SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) exigibilidades do MCR (Manual de crédito rural) do Banco Central; FAT (Fundo de amparo ao trabalhador); fundos constitucionais; e recursos do tesouro nacional (ORTEGA,2008, p.124-125).

Com pressões da sociedade civil e a participação dos movimentos sociais que possuem relevância na implementação das políticas rurais, foi criado, em 1999 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRS), representado por, “um espaço colegiado de proposição de diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas, através da concertação e articulação entre diferentes níveis dos poderes públicos e organizações da sociedade civil” (MDA, 2015, p.38).

Esse conselho foi responsável por elaborar o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS) em 2002, representando as diretrizes que pretendiam, inicialmente, inserir no mercado os agricultores familiares, estabelecendo um novo padrão de desenvolvimento que defende:

financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família.

[...] a geração de empregos e a distribuição mais equitativa da renda, que esteja baseada em parâmetros tecnológicos e institucionais capazes de valorizar e preservar os recursos naturais, os ecossistemas e o meio ambiente em geral. A atual vulnerabilidade da economia nacional aos fluxos internacionais de capital financeiro não pode ser vista como uma fatalidade irreversível. Deve ser entendida como um desafio a ser superado na busca de uma participação soberana do país em processos multilaterais e solidários de globalização (CNDRS, 2002, p.04).

As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil emergiram com maior força em 2003, no início do Governo Lula, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do MDA, passando a sua abrangência de local a intermunicipal.

A SDT possui um papel importante neste contexto ao realizar ações descentralizadas com vistas à valorização dos potenciais endógenos locais no que tange ao processo de desenvolvimento de territórios rurais que possuem uma economia com baixos indicadores econômicos e sociais e maior incidência de pobreza.

Neste intento, a SDT criou o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) em 2003. Segundo Ortega (2008, p. 04), “o desafio da SDT foi à identificação e construção dos Territórios Rurais baseados em fatores de coesão social e territorial”.

Para Ortega (2008), na tentativa de induzir arranjos sócios produtivos nos territórios, houve uma articulação do PRONAT, envolvendo os três níveis de governo por intermédio de um comitê nacional gestor, comitês com interligação estadual e colegiados e/ou conselhos territoriais para realizarem o planejamento multidimensional (regional, ambiental, social, econômico e democrático).

Com estas propostas, criaram-se os Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, conhecidos como Territórios Rurais (TRs). Com os TRs, a SDT passou a ser a responsável pelos repasses dos recursos provenientes do PRONAT e realizados pelo PRONAF, na linha denominada de Infraestrutura e Serviços Municipais (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PROINF) que era de responsabilidade da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) (ORTEGA, 2008).

Segundo o MDA, o PRONAT conta com colegiados de âmbito territorial com fóruns constituídos por instituições da sociedade civil e do poder público, responsáveis pelo planejamento territorial, pela articulação institucional, elaboração de propostas e projetos técnicos, além do acompanhamento e controle social das ações do programa e de outras políticas públicas que concorrem para o desenvolvimento dos territórios (BRASIL, 2003).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) de 2005 mostra que o papel da SDT é estimular e coordenar os projetos de desenvolvimento dos territórios

rurais, tendo a missão de “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais, na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais” (MDA, 2018). O programa dos Territórios Rurais foi criado pelo Governo Federal para priorizar ações em regiões e sub-regiões onde o investimento público e privado não era o bastante para atender às necessidades da população.

Dantas e Costa (2014, p.830) apontam que, “o programa visa ainda o aceleração dos processos locais e sub-regionais para que aumentem as chances de geração de renda de forma desconcentrada e que leve em consideração a sustentabilidade no campo”.

Segundo Jesus, outro tipo de consórcio originado a partir dos TRs, foram os Territórios da Cidadania (TC), criados em 2008 com a finalidade de buscar a redução das desigualdades socioeconômicas a partir da inclusão de parte dos territórios rurais no programa, daqueles denominados de deprimidos. Ao analisar a mudança dos TRs para os TC Jesus e Ortega (2014), destacam que existe um conjunto de dificuldades em promover nos territórios deprimidos o desenvolvimento a partir dos próprios atores locais, com isso, o papel do Estado se estende para garantir o êxito destes consórcios intermunicipais.

À SDT cabia verificar e absorver os novos territórios, além de submeter sua inclusão ao CONDRS. Após a definição dos territórios, a ação da SDT se fundamentaria na criação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, por meio dos Conselhos de Desenvolvimento Rural para apoiar o diagnóstico, planejamento e gestão territorial.

De acordo com Ortega (2008), a intenção é aglutinar os municípios em busca de um plano de desenvolvimento territorial através da constituição de arranjos intermunicipais. Portanto dessa forma, podemos concluir que os elementos para a formação dos territórios atuam como ferramentas para promover o desenvolvimento territorial rural

1.3– DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL INDUZIDOS POR POLÍTICAS PÚBLICAS EM MINAS GERAIS

Neste item analisamos o contexto em que emergiu o desenvolvimento territorial rural induzido por políticas públicas em Minas Gerais. Nos itens anteriores, pontuamos as ações governamentais em prol do rural, apresentando as instituições, suas frentes de atuação, às articulações empreendidas nos níveis local, estadual e federal; que culminaram nos elementos para formação dos territórios à política de desenvolvimento territorial rural.

No estudo denominado “ Desenvolvimento Territorial Rural e Consórcios Intermunicipais: Estudo de Caso dos Arranjos Sócios Produtivos Induzidos em Minas Gerais

“ voltado para a análise da realidade mineira, dentro da abordagem DTR (Desenvolvimento Territorial Rural), os autores perceberam que mesmo o Estado sendo contemplado pelas políticas governamentais, alguns municípios com o mesmo perfil daqueles inseridos em consórcios intermunicipais ainda não são beneficiados pela ação do governo Federal (ORTEGA; MUNIZ; JESUS, C. M , 2009).

Enquanto o Território Sertão de Minas (TSM) apresenta sobreposições políticas, é beneficiado pelo TR e TC, portanto é importante destacar que as políticas devem atender populações de áreas poucas dinamizadas economicamente. Dessa maneira, os autores apontam que “[...] a política de desenvolvimento territorial do governo federal está presente numa região do estado que carece de ações desenvolvimentistas emancipadoras.” (Idem, p.19)

Já o estudo de Jesus e Ortega (2014) sobre o desenvolvimento territorial rural em Minas Gerais, realizado com o intuito de investigar os resultados de uma década de políticas governamentais, representa uma avaliação inicial das políticas indutoras de desenvolvimento no Estado mineiro.

Em seus questionamentos, os autores buscaram verificar se a indução governamental foi capaz de reduzir as diferenças socioeconômicas e promover a inclusão social neste Estado. Ao final de sua investigação, os autores constataram que; embora as políticas alcançassem os municípios mineiros deprimidos, o desenvolvimento dos territórios envolvidos caminha a passos lentos, de forma que:

[...] em termos sociais, nos territórios mais pobres vem ocorrendo lentamente uma redução de assimetrias regionais, fruto de um conjunto de políticas públicas que se intensificou nos anos 2000, propiciando melhor qualidade de vida. Isso não significa uma situação ótima, pois, de forma geral, partem de um patamar muito baixo. Já o impacto econômico foi bem menor, indicando que a ênfase dada tem sido para as políticas sociais, e que essas políticas parecem levar mais tempo em promover o crescimento econômico [...] (JESUS; ORTEGA, 2014, p.19)

Como podemos observar na Figura 1, o Governo Federal implantou 13 territórios no Estado mineiro; englobando 199 municípios, dentro destes 199 municípios, 13 territórios são rurais e nove foram municípios incorporados ao programa Território da Cidadania. O Território Sertão de Minas está incluso dentro dos 13 territórios implementados no Estado de Minas Gerais, representado pelo número 48 no mapa da Figura 1.

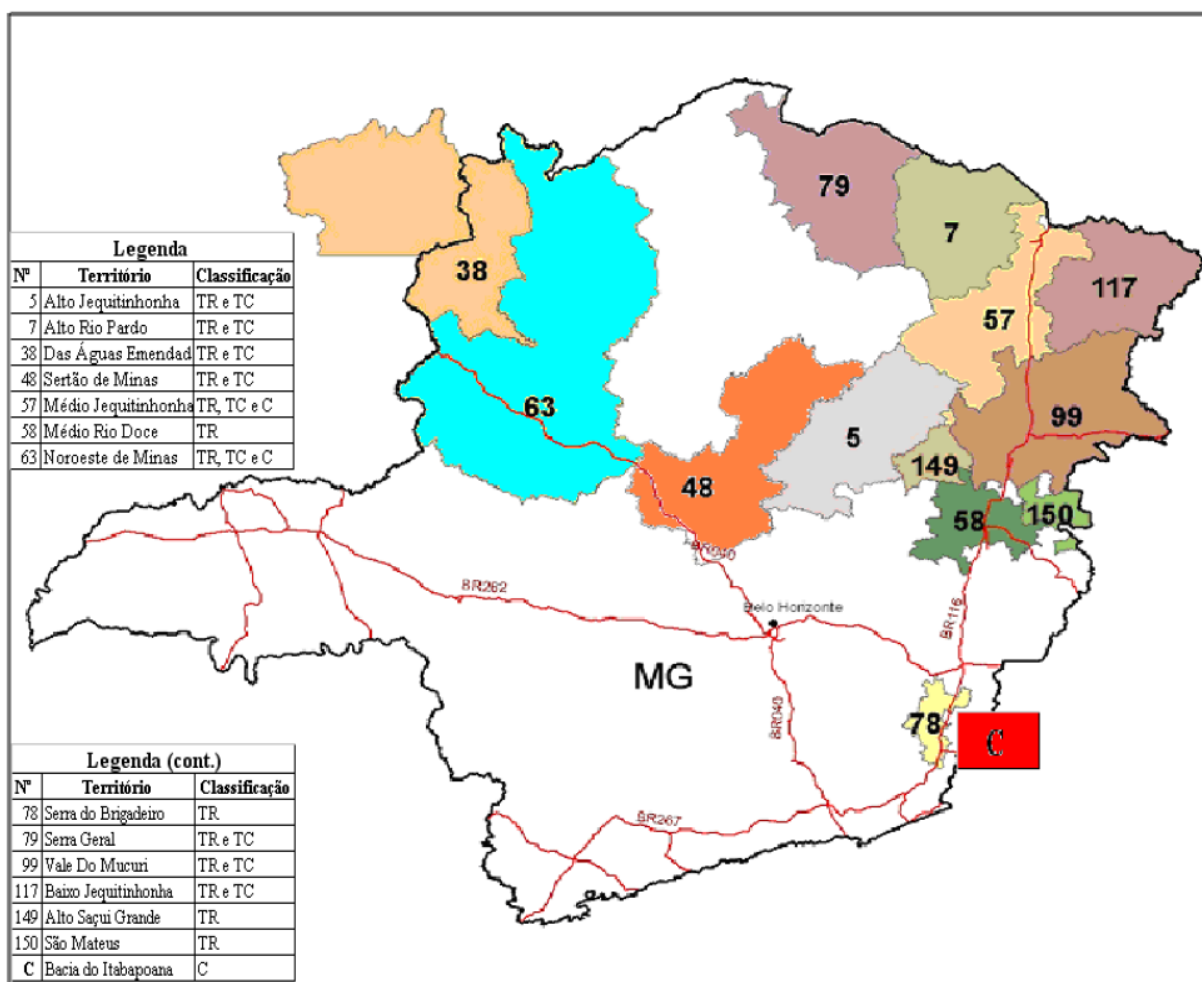


FIGURA 1 – Territórios induzidos Pelo Governo Federal no Estado de Minas Gerais em 2009 (Territórios Rurais – TR; Territórios da Cidadania – TC e Consads – C).

Fonte: JESUS, C. M., 2014, p.10.

De acordo com dados SDT (2015), os TRs alcançaram mais de dois mil municípios, saltando de 165 para 239 os territórios criados no país entre 2008 e início de 2015, próximo da meta de 280 que era o objetivo da SDT, beneficiando mais de 65 milhões de pessoas em todo o país.

Portanto, observamos por meio da análise do desenvolvimento territorial rural, que as políticas para os territórios deprimidos completaram mais de uma década de ações sobre os territórios no Brasil e em Minas Gerais. Muito embora o programa tenha ficado em segundo plano no Governo Dilma (2010-2014).

No Governo Temer (a partir de 2016), os programas territoriais foram abandonados, pois, o MDA se tornou uma secretaria⁶ e a SDT uma subsecretaria sem recursos.

⁶ O decreto 8.780, DE 27 DE MAIO DE 2016, estabeleceu que “as cinco secretarias anteriormente vinculadas ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passam a ser de responsabilidade da Casa Civil. São

Verificamos no Portal da Transparência que; do total de recursos destinados no ano de 2017 para o programa Desenvolvimento Regional e Territorial em Minas Gerais para a ação Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais contabilizou R\$ 9.409.670,84, no entanto, nenhum dos municípios do Território Sertão de Minas foram contemplados com este recurso (apenas os municípios de Acaiaca, Água Boa, Aricanduva, Buritis, Carai, Cascalho Rico, Guarda-Mor, Indaiabira, Itacambira, Itaipe, Lagoa dos Patos, Lagoa Formosa, Liberdade, Manhuacu, Mantena, Natalândia, Pingo d'água, Tombos, Urucuia).

Analisaremos no capítulo 2: o Território Sertão de Minas com base em três grandes grupos de elementos: geográficos/demográficos; sociais (IDH, habitação e renda) e por último, as variáveis que captam o perfil econômico/produtivo em nível municipal e territorial. Com a análise do capítulo 2, podemos avaliar se a indução governamental no arranjo criado melhorou a vida da população neste território.

elas: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal” Com isso a SDT se tornou uma subsecretaria sem recursos.

CAPÍTULO 2 – TERRITÓRIO SERTÃO DE MINAS

Neste capítulo discutiremos o que levou a constituição do perfil do Território Sertão de Minas, analisando o desempenho socioeconômico após a implementação de políticas públicas, abordando elementos geográficos, demográfico, econômicos e sociais, utilizando uma série de dados secundários para esta análise.

Segundo Favareto (2006), o Território Sertão de Minas, foi homologado no dia oito de Outubro de 2004 (08/10/2004) pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS então com o nome de Território Guimarães Rosa.

No documento que serviu de base para formular o plano territorial de desenvolvimento rural sustentável, a proposta de trocar o nome se deu devido a confusões que os poderes públicos locais estariam fazendo, entre o apoio turístico Circuito Guimarães Rosa⁷ e a proposta de desenvolvimento territorial, à escolha do nome seguiu a seguinte justificativa:

Guimarães Rosa foi uma espécie de mediador entre dois mundos, dois modos de vida, um rural e tradicional, outro moderno e urbano. Sua literatura captou a essência do interior do sertão mineiro. O mergulho do escritor no modo de vida sertanejo se tornou uma forma de preservar do esquecimento o homem do campo e sua linguagem. (FAVARETO, 2006, p. 03-04).

O Território Sertão de Minas ainda não possui o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, portanto, o relatório do PTDRS tem por objetivo ser mais um instrumento disponibilizado aos atores locais para a materialização do Plano propriamente dito (FAVARETO, 2006).

O Território Sertão de Minas - MG (Figura 02) está localizado na região central do Estado mineiro, pertencente à região Sudeste, reúne 17 municípios cuja área totaliza 24.391,77 Km² (Figura 01).

⁷ A mudança de nome permitiu que o programa Território Sertão de Minas, não oferecesse indícios para confusão em relação à nomenclatura, pois, o nome Circuito Guimarães Rosa, se refere a outros projetos que envolvem aspectos turísticos/ artísticos que não tem relação com o PTDRS.

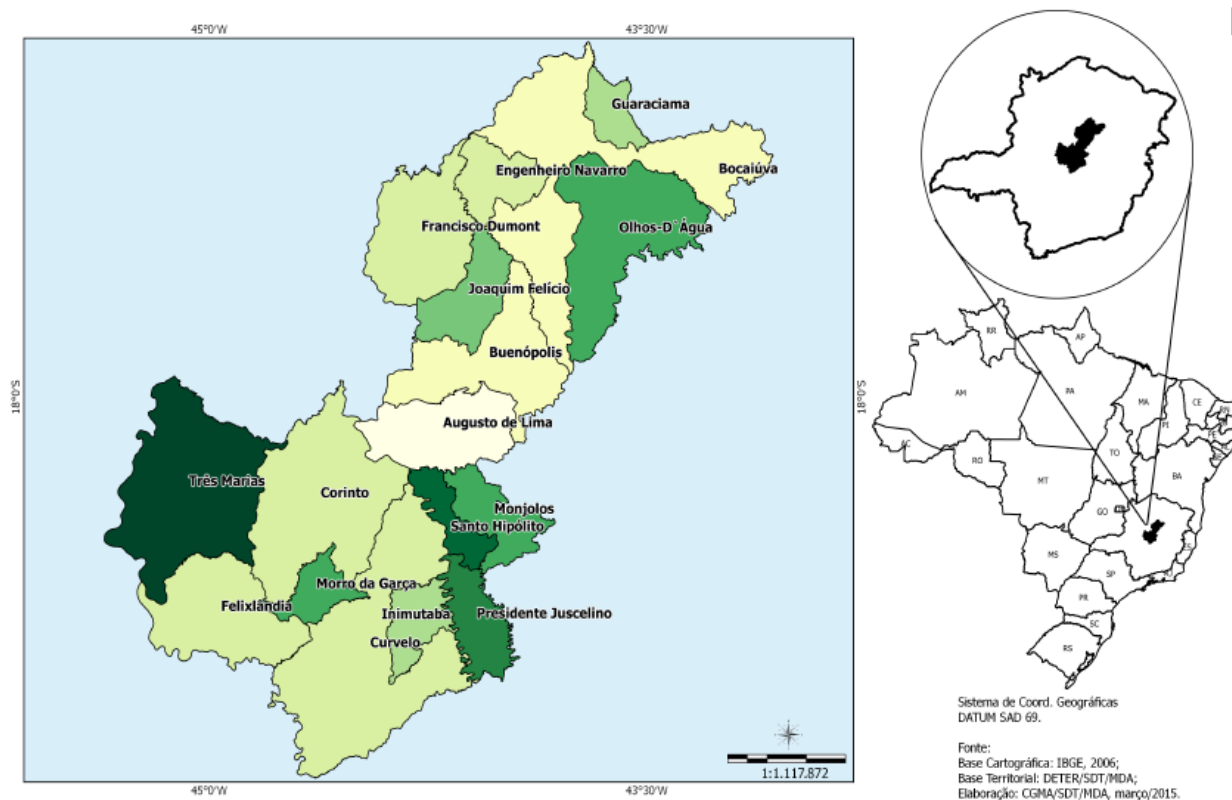


FIGURA 2 – Mapa do Território da Cidadania Sertão de Minas

Fonte : MDA. Caderno territorial Sertão de Minas (48). **Perfil Territorial**. CGMA, mai/2015, p.01

Em função das distâncias geográficas e para facilitar a gestão territorial, o território foi dividido em duas microrregiões: a primeira denominada Central é composta pelos seguintes municípios: Augusto de Lima, Buenópolis, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Joaquim Felício, Monjolos, Morro da Garça, Presidente Juscelino, Santo Hipólito e Três Marias; enquanto a segunda microrregião denominada Norte, é composta pelos municípios de Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaraciama e Olhos D'Água. A localização dos municípios pode ser visualizada na Figura 2.

2.1 – TERRITÓRIO SERTÃO DE MINAS: CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E GEOGRÁFICAS.

Uma análise das características demográficas e geográficas nos ajuda a entender o vazio demográfico em que é qualificado esse território. Considerando os dados populacionais de 2010, são apenas 10,15 habitantes/km², ou seja, o território Sertão de Minas possui baixa densidade demográfica, variando de 2,52 habitantes/km² em Olhos D'Água a 22,41 habitantes/km² em Curvelo, enquanto a média de Minas Gerais é 33,41 habitantes/km².

Considerando os Censos Populacionais de 2000 e 2010, observa-se que o comportamento populacional no Território Sertão de Minas é variado entre os municípios, apresentando dinâmicas econômicas e sociais diferentes. Ao analisar a população do território nesse período, podemos visualizar na Tabela 1, que houve um aumento de 0,72% a.a na população total; 1,16% a.a na população urbana, e redução de 0,96% a.a na população rural.

Observando as diferenças apresentadas entre os municípios, podemos visualizar na Tabela 1, a divisão em quatro grupos:

O primeiro grupo, reúne municípios cuja população total (urbana e rural) cresceu: Engenheiro Navarro, Inimutaba, Joaquim Felício, Olhos D' Água, e Três Marias – com destaque para Três Marias, cuja população cresceu de 23.568 habitantes em 2000, para 28.318 habitantes em 2010, com uma taxa de crescimento de 2000-2010 de 1,85% a.a total; 1,77% a.a urbana e 3,45% a.a rural.

No segundo grupo, estão os municípios cuja população total e urbana cresceu no sentido em que esse crescimento se fez em detrimento do decréscimo do rural: Bocaiúva, Curvelo, Felixlândia, Francisco Dumont, Guaraciama – com destaque para Guaraciama, uma vez que, sua população urbana aumentou em 2,32% a.a, e o rural diminuiu 1,96% a.a.

No terceiro grupo, se encontra os municípios cuja população total e rural reduziu; com aumento da população urbana: Augusto de Lima, Buenópolis, Presidente Juscelino e Santo Hipólito – com destaque para Santo Hipólito cuja população total decresceu 0,74% a.a, enquanto a população rural decresceu mais de 3,14% a.a.

No quarto grupo, podemos constatar a população total decrescente, com quedas tanto na zona urbana quanto na zona rural: Corinto, Monjolos e Morro da Garça – com destaque para Morro da Garça sua população total decresce 1,06 % a.a, com uma forte diferença entre o urbano que diminuiu 0,64 % a.a, e o rural 1,60% a.a.

TABELA 1 – Demografia do Território Sertão de Minas (2000 e 2010)

Municípios	População 2000			População 2010			Taxa de Crescimento Anual 2000-2010			População estimada em 2017	Área Total km²	Habitantes por km²
	Total 2000	Urbano	Rural	Total 2010	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural			
Augusto de Lima	5.159	2.459	2.700	4.960	2.924	2.036	-0,39%	1,75%	-2,78%	5.023	1.255,39	3,95
Bocaiúva	42.806	32.446	10.360	46.654	36.600	10.054	0,86%	1,21%	-0,30%	50.168	3.245,23	14,38
Buenópolis	10.368	7.440	2.928	10.292	7.767	2.525	-0,07%	0,43%	-1,47%	10.594	1.614,80	6,37
Corinto	24.546	21.450	3.096	23.914	21.194	2.720	-0,26%	-0,12%	-1,29%	24.384	2.534,83	9,43
Curvelo	67.683	59.197	8.486	74.219	67.382	6.837	0,93%	1,30%	-2,14%	79.878	3.312,56	22,41
Engenheiro Navarro	7.085	4.714	2.371	7.122	4.750	2.372	0,05%	0,08%	0,00%	7.377	634,55	11,22
Felixlândia	12.784	9.447	3.337	14.121	10.922	3.199	1,00%	1,46%	-0,42%	15.273	1.557,90	9,06
Francisco Dumont	4.488	2.592	1.896	4.863	3.197	1.666	0,81%	2,12%	-1,28%	5.215	1.558,94	3,12
Guaraciama	4.469	2.406	2.063	4.718	3.025	1.693	0,54%	2,32%	-1,96%	5.001	393,57	11,99
Inimutaba	5.945	4.080	1.865	6.724	4.743	1.981	1,24%	1,52%	0,61%	7.489	522,71	12,86
Joaquim Felício	3.872	2.324	1.548	4.305	2.526	1.779	1,07%	0,84%	1,40%	4.669	793,75	5,42
Monjolos	2.579	1.416	1.163	2.360	1.403	957	-0,88%	-0,09%	-1,93%	2.327	652,66	3,62
Morro da Garça	2.960	1.623	1.337	2.660	1.522	1.138	-1,06%	-0,64%	-1,60%	2.595	415,09	6,41
Olhos D'Água	4.284	1.890	2.394	5.267	2.866	2.401	2,09%	4,25%	0,03%	5.943	2.086,86	2,52
Presidente Juscelino	4.319	1.736	2.583	3.908	1.846	2.062	-0,99%	0,62%	-2,23%	3.827	697,49	5,60
Santo Hipólito	3.488	2.127	1.361	3.238	2.249	989	-0,74%	0,56%	-3,14%	3.218	433,79	7,46
Três Marias	23.568	22.515	1.053	28.318	26.840	1.478	1,85%	1,77%	3,45%	31.687	2.681,65	10,56
TSM	230.403	179.862	50.541	247.643	201.756	45.887	0,72%	1,16%	-0,96%	264.668	24.391,77	10,15
Minas Gerais	17.891.494	14.671.828	3.219.666	19.597.330	16.715.216	2.882.114	0,91%	1,31%	-1,10%	21.119.536	586.519,73	33,41
Brasil	169.798.885	137.953.959	31.844.926	190.755.799	160.925.792	29.830.007	1,17%	1,55%	-0,65%	207.660.929	8.515.759,09	22,40

Fonte: ATLAS BRASIL Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: Junho, 2017.

A Tabela 1 demonstra que os 17 municípios do território reuniram 230.403 habitantes em 2000 e 247.643 habitantes em 2010, saltando para 264.668 habitantes em 2017, ou seja, houve um aumento de 0,82% dos habitantes nos municípios do TSM. Em relação ao Estado; a população total do Território Sertão de Minas aumentou em 2000 de 1,23% para 1,25% em 2017.

Portanto podemos concluir que no Território Sertão de Minas, ao longo de 10 anos, apresentou um aumento na taxa de população urbana, ou seja; nos municípios a população rural está migrando para a zona urbana. Todavia, esta migração – como observamos na tabela acima – cresceu com pequenas variações no decorrer deste período.

2.2 – TERRITÓRIO SERTÃO DE MINAS: CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E HABITACIONAIS

Neste subitem analisamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Território Sertão de Minas. O IDH mede o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população nos municípios e no próprio território. O cálculo do IDH territorial foi tabulado pela média simples.

O Gráfico 1, demonstra a trajetória de melhoria entre 1991, 2000 e 2010:

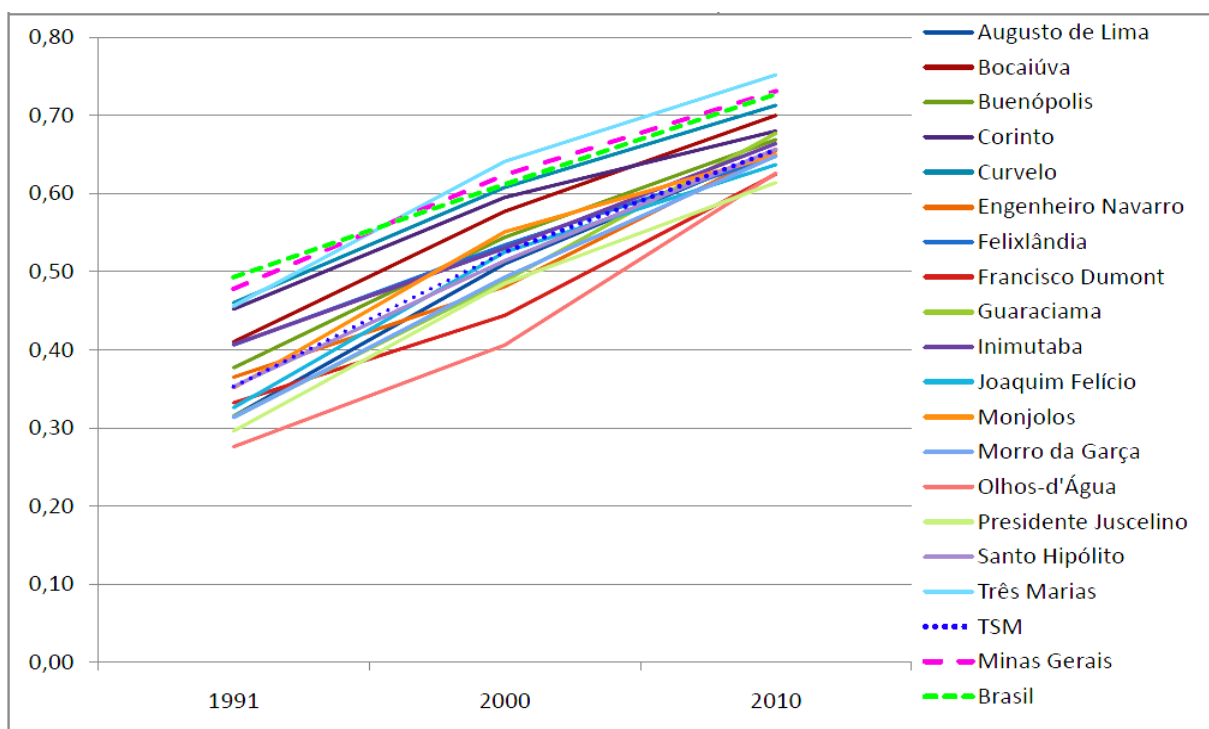


GRÁFICO 1 - Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, Minas Gerais e Território Sertão de Minas.

Fonte: ATLAS BRASIL Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2013, Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: Junho, 2017.

Em 1991, o indicador no Território Sertão de Minas estava num patamar (0,35), muito baixo se comparado com o indicador estadual (0,48) e o nacional (0,49). Em 2010 o indicador estava num patamar (0,66), aproximando um pouco mais se comparado com o indicador estadual (0,73) e o nacional (0,73). Portanto, pode-se concluir que houve um aumento no Índice de Desenvolvimento Humano entre os anos de 1991 a 2010.

Ao comparar o IDH dos 17 municípios analisados com o Estado de Minas Gerais, pode-se perceber que todos os municípios apresentam IDH abaixo do estadual nos anos de 1991, 2000 e 2010. Em 1991, oito municípios situavam-se no patamar abaixo do IDH do Território Sertão de Minas (0,35), e, nove municípios situavam no patamar acima. Os piores índices por municípios foram em Olhos D' Água (0,28); e os municípios que apresentaram melhor IDH foram Três Marias (0,46), Curvelo (0,46) e Corinto (0,45).

Em 2000, o IDH territorial (0,53) aumentou. Porém, ainda ficou classificado como IDH baixo, comparado aos níveis estadual (0,62) e nacional (0,61), ambos classificados como IDH médio.

Entre os municípios, identificam-se três grupos: de um lado, nove municípios com IDH baixo (0,50 - 0,59) dentre eles situa-se Augusto de Lima (0,51); e seis municípios se mantiveram com IDH muito baixo (0,40 - 0,49), nos quais Olhos d'Água (0,41) teve o menor indicador; três municípios com IDH médio (0,60 - 0,69) são eles: Três Marias (0,64), Corinto (0,60) e Curvelo (0,61).

A primeira década de 2010 apresentou melhoria no IDH territorial. O Território Sertão de Minas (0,66) alcançou a faixa média de desenvolvimento (0,60 a 0,69) enquanto a estadual (0,73) e a nacional (0,73), estando agrupados no patamar de desenvolvimento alto (0,70 a 0,80).

Cinco municípios apresentam IDH abaixo da média territorial: Felixlândia (0,65) Francisco Dumont (0,63), Joaquim Felício (0,64), Olhos D' Água (0,63) e Presidente Juscelino (0,61); e doze municípios apresentam IDH acima do patamar médio territorial, dentre eles, Três Marias (0,75).

Aliás, o município de Três Marias é o único a superar a média estadual e nacional. Os dados mostram que a trajetória de crescimento do IDH, ao longo dos últimos vinte anos, foi muito próxima entre os municípios do Território Sertão de Minas e do patamar de Minas Gerais, o IDH territorial (0,53) em 2000, superou o valor que o estado mineiro possuía em 1991 (0,48).

Os dados mostram que a trajetória na taxa de crescimento do IDH territorial, ao longo dos últimos vinte anos, ocasionou um aumento de 85,84%, superando a taxa de crescimento

estadual (52,93%) e nacional (47,96%). Entre 1991 e 2010, os municípios que alcançaram uma taxa de crescimento acima de 100%, ou seja, acima da taxa de crescimento territorial, estadual e nacional – foram; o município de Augusto de Lima (108,25%), Guaraciama (115,61%), Morro da Garça (107,03%), Olhos D' Água (126,81%), e Presidente Juscelino (107,43%). Portanto conclui-se que nestes municípios ocorreu um maior grau de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida para a população.

Desagregando o IDH em seus três componentes estruturais (longevidade, educação e renda), observa-se que ocorreram melhorias no Território Sertão de Minas. Considerando a dimensão longevidade, verificamos uma expressiva melhoria no território, saindo de 0,65 em 1991 para 0,74 em 2000 e 0,82 em 2010, patamares próximos do estadual 0,84 em 2010.

Esse resultado se deve em parte ao aumento médio da esperança de vida ao nascer nos municípios do Território Sertão de Minas, que passou de uma média de 64,07 anos para 74,06 anos em 2010. O TSM, em 2010, ficou acima do patamar nacional (73,90 anos) e abaixo do patamar estadual (75,30 anos).

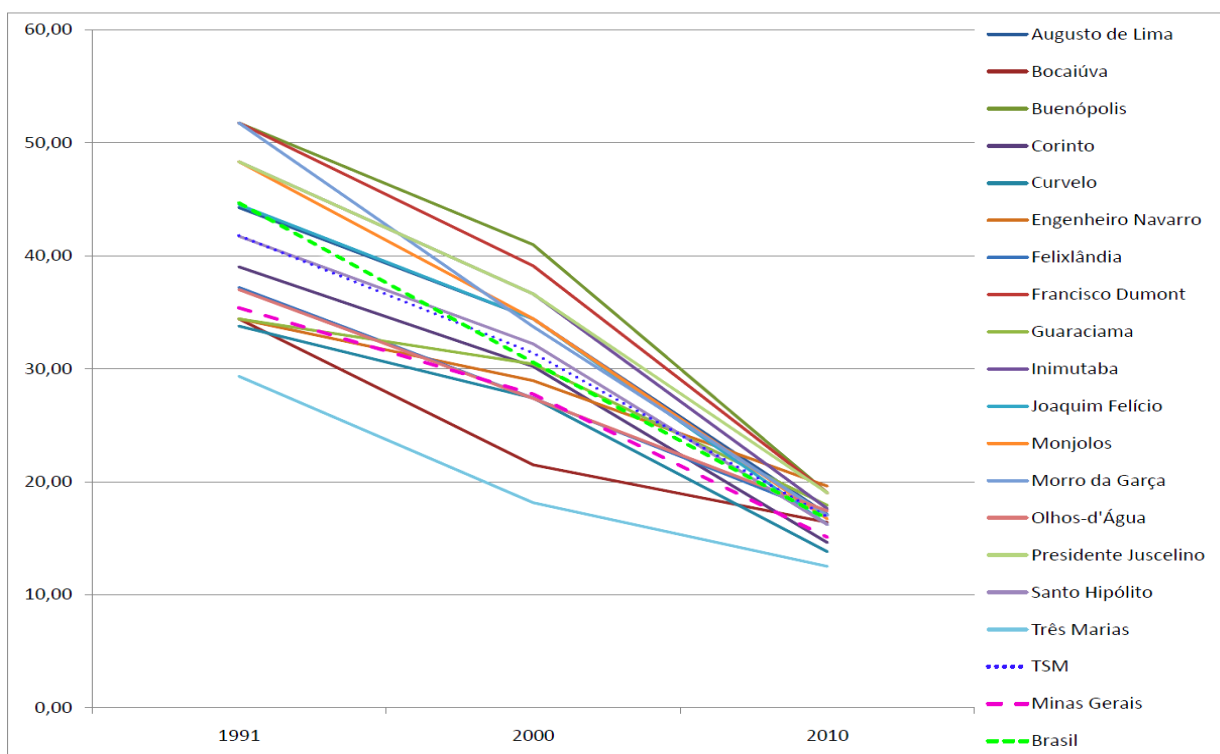


GRÁFICO 2 - Mortalidade Infantil no Território Sertão de Minas- Minas Gerais.

Fonte: ATLAS BRASIL Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2013, Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: Junho, 2017.

Outro fator que também valida o incremento nos anos, justificado pela melhoria do IDH territorial é a queda no percentual da mortalidade infantil, conforme visualizamos no Gráfico 2. De acordo com os dados do Gráfico 2, a queda na taxa de mortalidade infantil foi mais acentuada entre 2000 e 2010.

Em 1991, a mortalidade infantil correspondia a 41,79 crianças que morriam até completar um ano de idade para cada 1.000 nascidas vivas no Território Sertão de Minas. Esta quantidade se aproxima dos índices referentes ao território brasileiro, o qual representa 44,68 na taxa de mortalidade infantil. Mesmo assim, a mortalidade infantil no TSM era superior aos números do Estado de Minas Gerais, que correspondia a 35,39 que não alcançavam o primeiro ano de vida.

Entre os 17 municípios do Gráfico 2, apenas três municípios apresentaram um índice de mortalidade infantil maior que 50 mortes para cada 1000 crianças, dentre eles Buenópolis (51,76).

Para os outros quatorze municípios, cinco municípios apresentaram taxa de mortalidade infantil abaixo do nível estadual (35,39), dentre eles Três Marias (29,33).

Os municípios de Três Marias e Curvelo (33,77) apresentaram as menores taxas de mortalidade infantil no território, os outros nove municípios estão com taxa de mortalidade acima do nível estadual, dentre eles Inimutaba (48,33).

Nos anos de 2000 a 2010, a queda foi mais significativa. O Território Sertão de Minas passou de 31,40 de mortalidade infantil em 2000, para 16,89 em 2010, reduzindo mais da metade a mortalidade infantil, e, se aproximando da média mineira que correspondia a 15,08 – crianças em 1000, que não completavam o primeiro ano de vida – e nacional 16,70 de mortalidade em 2010.

Entre cinco municípios, a redução de óbitos infantis representou mais de 60,00 óbitos – a cada 1000 nascidos vivos – no ano de 2010 comparado com o ano de 2000, dentre eles Bocaiúva. Entretanto, a taxa de mortalidade infantil média no Território Sertão de Minas está acima do patamar verificado no Estado nos anos de 1991 a 2010. Os municípios de Buenópolis, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont e Presidente Juscelino, precisam melhorar suas trajetórias, pois em 2010 sua taxa de mortalidade está acima de 88,99 óbitos verificado no território.

Os dados analisados da mortalidade infantil na última década, reunidos no Gráfico 2, expressam uma relativa melhoria do indicador no Território Sertão de Minas, sua taxa de mortalidade infantil reduziu, isto explica uma trajetória de crescimento que tem apresentado no IDH.

Portanto, o acesso aos serviços públicos de saúde, como o pré - natal ainda precisam melhorar muito para reduzir ainda mais o número de óbitos infantis, não apenas no âmbito municipal, territorial, estadual, mas no país como um todo, para alcançar até o final de 2015 o patamar aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de 10 óbitos para cada 1.000 nascidos (SEADE, 2012, p.31).

A educação no Território Sertão de Minas é outro fator que demonstra relativa melhoria no IDH. Podemos observar na Tabela 2, que a expectativa de anos de estudo no Território Sertão de Minas cresceu, passando de 7,43 anos em 1991 para 9,15 anos em 2010, porém ficando abaixo do patamar estadual 8,36 anos em 1991 na qual passou para 9,38 anos em 2010, e o nacional 8,16 anos em 1991 para 9,54 anos em 2010.

TABELA 2 – Educação no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.

Municípios	Taxa de Analfabetismo (18 anos ou mais)			% de 18 anos ou mais ensino fundamental completo			% 18 anos ou mais com ensino médio completo			% 25 anos ou mais com superior completo			Expectativa de anos de estudos		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Augusto de Lima	29,75	20,43	15,54	10,91	22,20	36,36	5,11	13,44	22,68	0,19	2,14	2,47	7,76	8,32	10,82
Bocaiúva	29,21	19,50	13,43	18,53	29,54	49,46	10,55	17,43	33,64	2,18	2,95	7,23	7,86	9,13	9,78
Buenópolis	33,45	24,68	16,57	14,64	24,31	39,90	7,46	14,74	28,48	1,03	2,60	7,34	7,69	8,25	7,80
Corinto	22,34	14,41	10,75	25,66	34,50	43,05	15,10	20,28	25,75	3,12	2,35	5,66	7,77	8,84	8,45
Curvelo	17,31	12,48	8,35	22,86	32,35	47,95	12,67	20,11	30,66	3,25	4,87	7,37	8,09	8,78	9,23
Engenheiro Navarro	36,45	29,47	18,97	14,39	18,75	40,37	7,30	9,78	21,98	0,60	0,28	2,75	6,66	8,95	10,38
Felixlândia	23,89	16,68	10,96	15,87	23,31	35,08	9,85	13,00	20,04	2,08	3,10	5,17	8,47	8,95	8,68
Francisco Dumont	35,60	26,47	20,46	9,86	16,05	32,34	2,59	7,67	18,67	0,44	0,78	5,00	5,10	7,96	8,51
Guaraciama	31,48	25,34	18,93	4,73	20,92	43,96	1,33	9,99	30,35	0,22	1,30	3,79	6,78	5,81	9,95
Inimutaba	23,83	17,93	13,32	13,03	21,75	36,49	4,89	11,37	22,80	0,85	0,78	3,41	8,20	8,98	9,89
Joaquim Felício	36,48	25,60	16,69	11,78	21,05	31,03	5,00	10,87	20,47	-	1,54	4,01	7,28	7,17	7,39
Monjolos	36,97	25,35	17,29	13,49	26,61	37,57	4,22	12,96	26,41	1,16	1,00	7,21	7,53	7,93	9,02
Morro da Garça	27,70	19,42	11,45	10,84	17,45	37,36	3,52	9,00	16,52	0,81	0,34	6,42	6,04	7,33	9,66
Olhos-d'Água	47,72	32,07	19,72	2,69	11,50	31,42	1,98	5,05	15,06	-	0,21	2,84	8,30	7,25	8,98
Presidente Juscelino	34,30	25,51	21,34	9,27	18,08	27,48	5,23	6,98	17,37	0,66	1,01	2,61	6,75	7,26	8,77
Santo Hipólito	34,07	25,77	18,06	9,97	18,69	32,99	3,67	9,28	19,09	0,25	2,42	4,29	7,77	9,04	8,48
Três Marias	15,74	11,76	7,72	22,63	39,52	56,84	9,30	23,78	39,22	1,21	2,56	7,81	8,33	9,72	9,72
TSM	30,37	21,93	15,27	13,60	23,33	38,80	6,46	12,69	24,07	1,20	1,78	5,02	7,43	8,22	9,15
Minas Gerais	19,29	12,87	8,83	26,16	36,78	51,43	15,79	22,71	35,04	4,92	6,10	10,57	8,36	9,16	9,38
Brasil	20,88	14,50	10,19	30,09	39,76	54,92	17,91	24,67	37,89	5,75	6,77	11,27	8,16	8,76	9,54

Fonte: ATLAS BRASIL Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2013, Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: Junho, 2017.

Dentre os 17 municípios, Felixlândia apresentou uma melhoria na expectativa de anos de estudo em 1991 (8,47 anos), e a menor expectativa foi no município Francisco Dumont (5,10 anos). Portanto, em 2010 o município de Augusto de Lima apresentou a melhor

expectativa, 10,82 anos, e o menor ficou com o município de Joaquim Felício 7,39 anos de estudo.

Analisando a taxa de analfabetismo (18 anos ou mais), observamos que no Território Sertão de Minas, vem decrescendo desde 1991, passando de 30,37% para 15,27% em 2010, mesmo assim, este índice ainda permanece maior em relação aos níveis estadual (19,29 % em 1991 para 8,83% em 2010) e nacional (20,88% em 1991 para 10,19% em 2010).

Em 1991, chama-se atenção para o município Olhos D' Água (47,72%), com taxa de analfabetismo acima da territorial, possuindo maior índice de pessoas que não foram alfabetizadas. Dos dezessete municípios apresentados, Três Marias contava com a menor: 15,74% em 1991.

Em 2000, dez municípios apresentavam taxa de analfabetismo superior a 20,00%, dentre eles Olhos D' Água (32,07%), acima do patamar territorial, estadual e nacional. O município de Três Marias (11,76%) apresentava o menor índice entre os demais municípios. No ano de 2010, pode-se observar na Tabela 2 que a taxa de analfabetismo dos dezessete municípios decresceu; dentre os municípios, o menor percentual encontra-se em Três Marias (7,72%), abaixo do patamar territorial (15,27%), estadual (8,83%) e nacional (10,19%).

Em relação à porcentagem de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo, observa-se que no Território Sertão de Minas aumentou, passando de 13,60% em 1991 para 38,80% em 2010, ficando abaixo do patamar estadual (26,16% em 1991 para 51,43% em 2010), nacional (30,09% em 1991 para 54,92% em 2010).

Em 1991, o município Corinto (25,66%) apresentava a maior porcentagem, acima do patamar estadual e nacional, e do outro lado, o município Olhos D' Água (2,69%) apresentava a menor porcentagem. Em 2000, este indicador se eleva: podemos observar este aumento no município de Três Marias (39,52%), tal variação pode ser também observada em 2010 com percentual de 56,84%, maior patamar comparado ao territorial, estadual e nacional.

O percentual de pessoas com ensino médio também melhorou nos últimos vinte anos: entre 1991 e 2010, o Território Sertão de Minas saiu de 6,46% para 24,07%, estadual 15,79% para 35,04%, e nacional 17,91% para 37,89%. Entre os municípios, Corinto (15,10%) foi o que mais se aproximou do nível estadual em 1991.

Em 2000 o nível de ensino médio territorial foi de 12,69%, e de 22,71% estadual, no território neste período o município de Três Marias (23,78%) ficou na liderança em relação aos outros municípios, e no outro extremo: Olhos D' Água (5,05%) com o menor percentual, ficando mais distante da média estadual (22,71%).

Em 2010, Três Marias (39,22) continuou na liderança com o maior percentual de 18 anos ou mais com ensino médio completo, acima do patamar estadual e nacional.

A tabela 2 demonstra que o percentual de pessoas com ensino superior no território mesmo se elevando no período, esteve abaixo da média mineira e nacional. Em 1991 a população com 25 anos ou mais com ensino superior foi 1,20% no Território Sertão de Minas, enquanto o estadual, 4,92%, e o nacional, 5,75%. O município Curvelo (3,25%) possuiu o melhor nível de escolaridade superior, enquanto o menor percentual estava com Augusto de Lima (0,19%). Os municípios de Joaquim Felício e Olhos D' Água neste período não apresentaram porcentagem de 25 anos ou mais com superior completo.

Em 2010, o percentual no território aumentou para 5,02%, enquanto estadual 10,57% e nacional 11,27%, o município de Três Marias (7,81%) neste período destacou, estando acima da média territorial e próximo da média estadual, enquanto Augusto de Lima (2,47%) apresentou a menor porcentagem.

As análises destes indicadores educacionais apontam que a melhoria na educação do território necessita de continuação e ampliação uma vez que se encontra abaixo da média estadual, pois a taxa de analfabetismo para 18 anos ou mais localiza-se em um patamar mais alto que a média estadual.

A expectativa de estudos no território aumentou 81,20% nos últimos dezenove anos, no entanto, este índice não superou a elevada taxa de analfabetismo presente no Território Sertão de Minas entre 1991 e 2010.

O comportamento da renda *per capita*, apresenta situações distintas, e inferior à média mineira nos anos 1991, 2000 e 2010, embora tenha indicado melhoria nas duas últimas décadas.

O Gráfico 3, demonstra que em 1991 a renda *per capita* no território era de R\$ 191,33 e representava apenas 51,18% em relação à renda *per capita* mineira (R\$ 373,85).

Os municípios Curvelo e Três Marias possuíam uma renda na faixa de R\$ 295,00, apresentando a melhor renda *per capita* entre os demais municípios. Todavia, Guaraciama (R\$103,15) apresentava a pior renda em 1991.

Em 2000, o Território Sertão de Minas apresentava renda *per capita* de R\$ 273,78 e o estado mineiro R\$ 548,87, contabilizando uma diferença de 49,88% entre a renda territorial e a renda estadual.

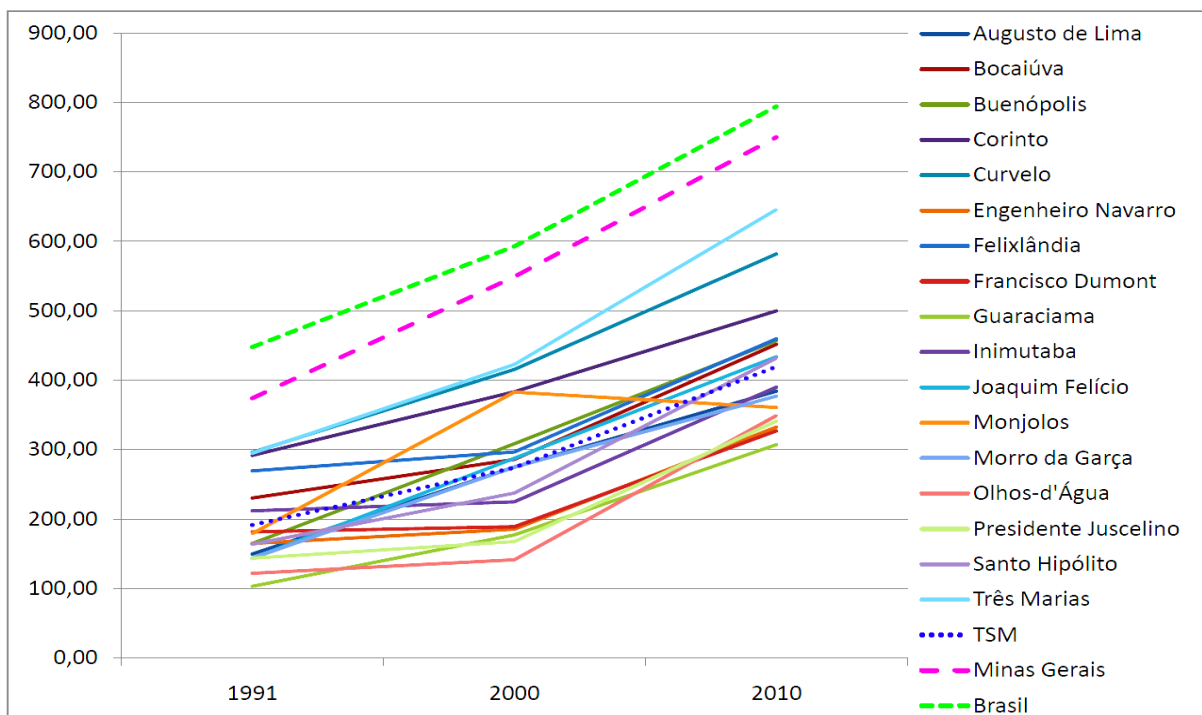


GRÁFICO 3 - Renda *Per Capita* (R\$) no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.

Fonte: ATLAS BRASIL *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*. 2013, Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: Junho, 2017.

Verifica-se no Gráfico 03, que nove municípios conseguiram superar a média territorial, dentre eles Três Marias (R\$ 422,53) possuía a maior renda *per capita*, e os outros oito municípios contavam com uma renda abaixo da média territorial – nos quais Olhos D'Água (R\$ 141,47) avançou 86,09% em relação à renda média de 1991.

Em 2010 o Território Sertão de Minas com renda média de R\$ 419,23 continuou apresentando uma renda *per capita* abaixo da renda de Minas Gerais (R\$749,69) e do Brasil (R\$ 793,87), mesmo com uma elevação ao longo dos anos.

O município de Guaraciama (R\$ 306,99) apresentava a menor renda *per capita* em relação aos demais municípios. Três Marias apresentava uma das maiores renda *per capita*: evoluiu de R\$ 295,02 em 1991, para R\$422,53 em 2000 e R\$ 645,33 em 2010, portanto aproximando da renda mineira (R\$749,69) em 2010.

Diante desses valores, pode-se concluir que o ritmo da renda *per capita* no território vem crescendo desde 1991, o maior crescimento do nível de renda do TSM, ocorreu após a indução da política pública entre os anos de, 2000 (R\$ 273,78) e 2010 (R\$ 419,23). Assim sendo, pode-se observar que é justamente os municípios que possuíam a menor renda *per*

capita em 2000, que apresentaram melhor trajetória de crescimento, minimizando a distância em relação ao estado (Gráfico 3).

O Gráfico 4 demonstra o percentual da renda oriunda dos rendimentos do trabalho na última década. De um lado, vem ocorrendo aumento da renda das famílias proveniente das transferências governamentais (PBF, aposentadorias rurais, e outros benefícios sociais), e de outro, vem caindo o percentual da renda do trabalho.

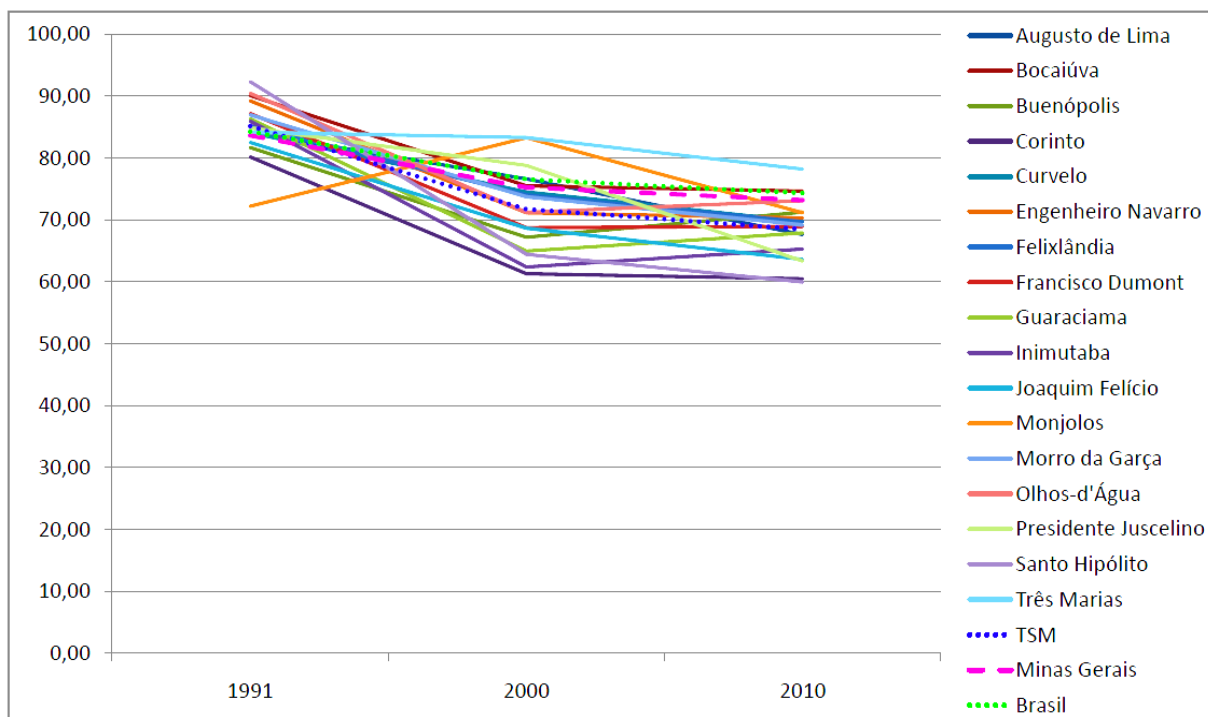


GRÁFICO 4 - Percentual da Renda Proveniente dos Rendimentos do Trabalho no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.

Fonte: ATLAS BRASIL Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2013, Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: Agosto, 2017.

Os municípios do Território Sertão de Minas estão registrados no CadÚnico⁸, o cadastro do CadÚnico é requisito para o cidadão ter acesso a qualquer auxílio de programas sociais por meio do Governo Federal.

Para cadastrar as famílias no CadÚnico, é necessário analisar algumas condições como: situação de domicílio, calçamento em frente ao seu domicílio, existência de banheiro, faixa de renda familiar, forma de abastecimento de água, forma de coleta de lixo, forma de

⁸CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existente no país, devem ser cadastrado as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Ver: BRASIL. Governo do Brasil- **Economia**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>. Acesso: Março 2018.

escoamento sanitário, material predominantemente nas paredes externas do domicílio, material predominante no piso do domicílio, água canalizada no domicílio e o tipo de iluminação (CARDOSO, 2013, p.16).

O território Sertão de Minas em 1991 possuía 85,16% de renda proveniente do trabalho, percentual maior que o percentual mineiro (83,64%) e nacional (84,26%). Dos dezessete municípios, doze apresentavam em 1991, um percentual de renda proveniente do trabalho maior que a média mineira (83,64%) e nacional (84,26%) – dentre eles Santo Hipólito (92,35%). Os demais municípios contavam com uma renda proveniente do trabalho menor que as médias mineira e nacional, nessa condição se encontra Corinto com 80,20%.

O percentual de renda do trabalho no estado em 2000 reduziu para 75,25%, o territorial para 71,76% e o nacional para 76,55%, doze municípios apresentavam percentuais abaixo do estadual, destaque para Corinto com 61,28%. Entre os outros cinco municípios, Três Marias (83,30%) apresentavam o maior patamar em relação ao territorial, mineiro, e nacional.

Em 2010, quinze municípios apresentavam percentuais de renda com origem no trabalho menor que o estadual (73,19%) e o nacional (74,32%); exceto Três Marias (78,20%) que demonstrava um percentual maior que os patamares territorial, estadual e nacional. Santo Hipólito (59,97%) situava-se com o índice menor em relação ao territorial (68,50%).

O incremento da renda nos últimos anos contribuiu para a redução do número de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza no Território Sertão de Minas, ainda que parte dessa renda não estivesse proveniente do rendimento do trabalho. É por meio do Gráfico 5, observamos a trajetória descendente da pobreza desde a década de 1991.

O gráfico 5 demonstra que o percentual de pobres reduziu entre 1991 a 2010. No Território Sertão de Minas, variando de 63,62% em 1991 para 19,49% em 2010, no estado mineiro a queda foi menor (26,75%), alterando de 41,01% para 10,97%, enquanto o decréscimo em nível nacional foi de 39,83%, passando de 38,16% para 15,20%.

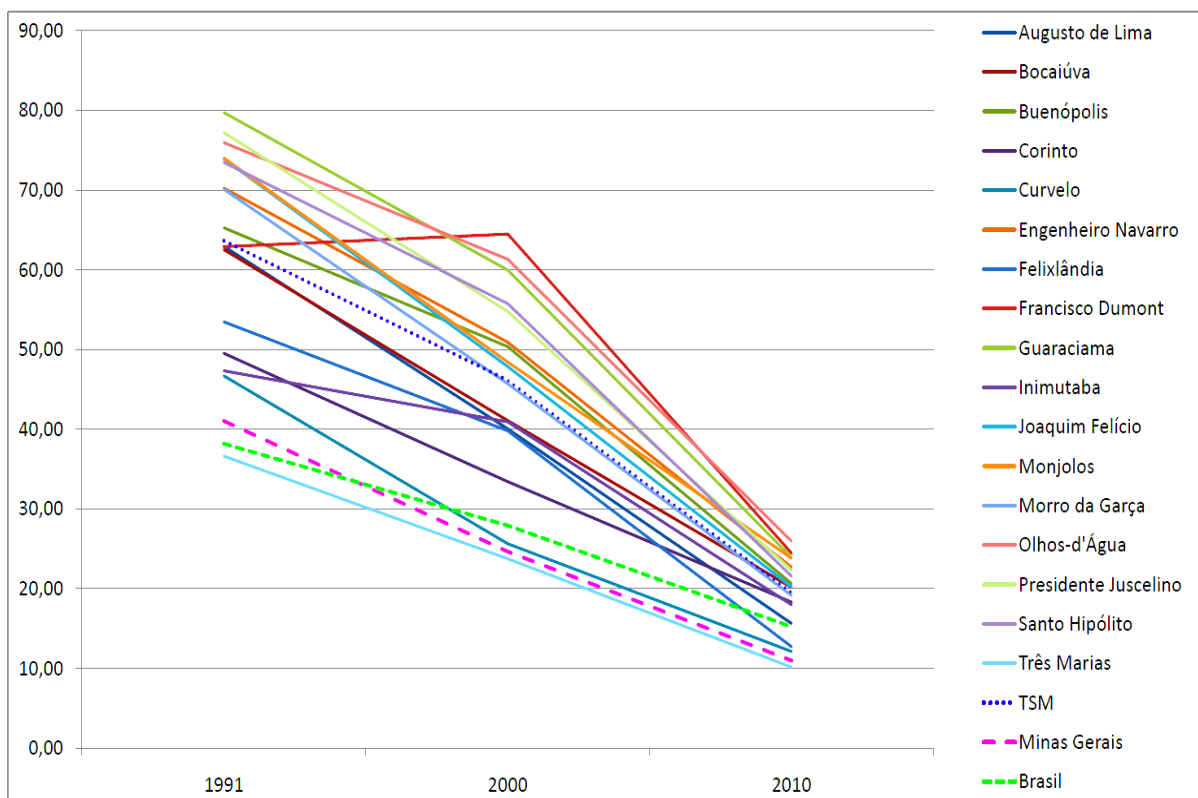


GRÁFICO 5 - Percentual de Pobres no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.

Fonte: ATLAS BRASIL Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2013, Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: Junho, 2017.

Em 1991, oito municípios apresentavam pobreza superior a 70,00%, a pior situação era de Guaraciama (79,70%), e no outro extremo, Três Marias (36,61%) se encontrava com a menor taxa de pobreza, esta alcançava mais da metade da população do território neste período.

Em 2000, o percentual de pobres no Território Sertão de Minas caiu para 46,11%, o estadual 24,64% e o nacional 27,90%. Podemos observar que mesmo reduzindo o percentual de pobres, dois municípios apresentavam pobreza acima dos 60,00%, muito acima do nível territorial, estadual e nacional, este foi o caso de Francisco Dumont (64,46%) e Olhos D'Água (61,31%), com os piores patamares de pobreza no Território Sertão de Minas, o menor percentual ficou com o município de Três Marias (23,74%).

O Gráfico 5 demonstra que, em 2010, o percentual de pobres no Território Sertão de Minas reduziu para 19,49%, no estado mineiro 10,97% e na esfera nacional 15,20%. O município de Três Marias (10,14%) continuou apresentando a menor proporção de pobres, de

outro lado, Olhos D'Água (25,92%) contava com o maior nível superior à média territorial, indicando que o Território Sertão de Minas ainda encontra-se com pobreza elevada.

Entre os anos 1991 e 2010, o percentual de extrema pobreza, no Gráfico 6, reduziu de 32,21% para 5,36 % no território, 17,84% para 3,49% em Minas Gerais, e de 18,64% para 6,62% em âmbito nacional, entretanto podemos concluir que através dos dados analisados das últimas décadas, o percentual de extrema pobreza diminuiu significativamente.

Em relação aos dezessete municípios analisados, o município de Três Marias (15,21%) apresentava em 1991 o menor percentual de extrema pobreza, enquanto Guaraciama (45,90%) apresentava a pior situação de extrema pobreza.

Em 2000, o nível de vulnerabilidade social no Território Sertão de Minas reduziu com uma queda dos extremos pobres para o patamar de 19,02 %, enquanto a média estadual era de 9,05% e a nacional 12,48%. O município de Três Marias (7,24%) continuou registrando o menor percentual de extrema pobreza; e Curvelo decresceu o percentual de extremamente pobres em 43,00% de 1991 para 2000. Estes dois municípios aproximam do percentual de Minas Gerais (24,64%), ao passo que o município de Guaraciama (31,81%) e Olhos D'Água (30,08%) apresentavam o maior percentual de extrema pobreza ultrapassando o índice nacional e estadual.

O Gráfico 6 demonstra que, em 2010, o patamar de pessoas em situação de extrema pobreza no território foi de 5,36%, enquanto no estado mineiro 3,49%, e o nacional 6,62%.

Entre os dezessete municípios, Augusto de Lima (1,97%) e Três Marias (2,95%) apresentavam a menor proporção de extrema pobreza; na outra extremidade, Francisco Dumont (9,87%) contava com o maior patamar comparado com os demais municípios, mesmo havendo uma redução do percentual de extremamente pobres em relação aos anos anteriores.

A redução no período analisado apresentava porcentagem maior que 5,00%, o Território Sertão de Minas é marcado por grande vulnerabilidade social com percentual de extrema pobreza de 65,07% – maior que o nível estadual –, porém apresentando uma redução de 16,65% nos últimos dezenove anos.

Conclui-se que o percentual de pobres e extremamente pobres reduziu de forma mais acentuada nos municípios mais pobres e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano.

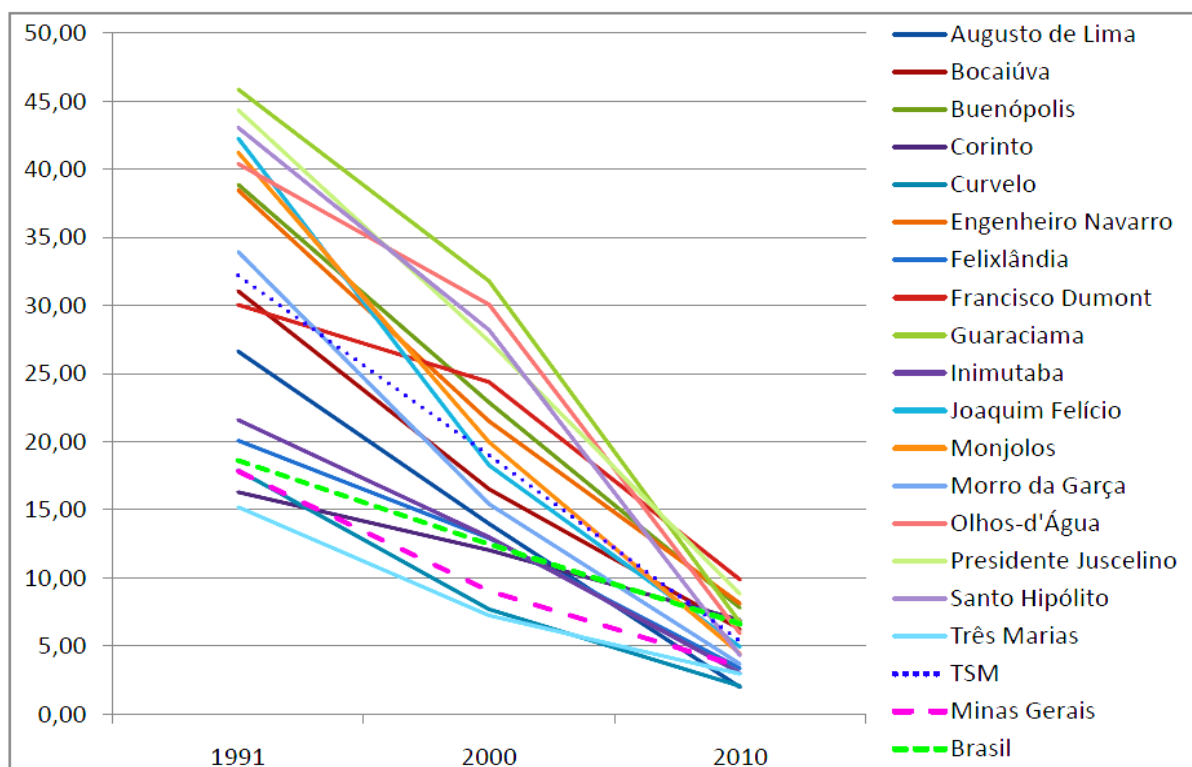


GRÁFICO 6 - Percentual de Extremamente Pobres no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.

Fonte: ATLAS BRASIL Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2013, Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: Junho, 2017.

Em relação ao Programa Bolsa Família, observa-se pelos dados da Tabela. 3, que entre 2004 e 2016, o volume total de recursos direcionados para as famílias beneficiadas no território se elevou, saltando de mais R\$9.299.765,00 em 2004 para R\$40.806.442,00 em 2016, crescimento de R\$ 31.506.677,00 em 12 anos, além do aumento no valor dos beneficiários do PBF o número de beneficiários também aumentou passando de 23.735 em 2004 para 24.459 em 2016.

TABELA 3 - Dados do Programa Bolsa Família no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.

Municípios	Famílias Beneficiadas						Valor médio anual por família (R\$)		
	2004		2010		2016		2004	2010	2016
	Números	Valor (R\$)	Números	Valor (R\$)	Números	Valor (R\$)			
Augusto de Lima	486	193.625,00	545	575.952,00	636	1.076.592,00	398,41	1.056,79	1.692,75
Bocaiúva	4.342	2.096.919,00	4.740	4.948.155,00	5.983	10.556.394,00	482,94	1.043,91	1.764,40
Buenópolis	1.076	479.207,00	1.029	973.739,00	1.047	1.615.039,00	445,36	946,3	1.542,54
Corinto	2.369	1.121.529,00	2.391	2.481.461,00	2.445	3.692.097,00	473,42	1.037,83	1.510,06
Curvelo	6.455	1.829.017,00	5.557	4.859.257,00	5.056	7.425.446,00	283,35	874,44	1.468,64
Engenheiro Navarro	1.071	598.929,00	1.056	1.050.273,00	1.134	2.843.299,00	559,22	994,58	2.507,32
Felixlândia	1.405	318.270,00	1.556	1.412.819,00	1.312	1.932.424,00	226,53	907,98	1.472,88
Francisco Dumont	767	347.115,00	744	724.326,00	837	1.471.998,00	452,56	973,56	1.758,66
Guaraciama	858	403.487,00	769	827.143,00	841	1.669.910,00	470,26	1.075,61	1.985,62
Inimutaba	596	193.492,00	696	663.830,00	823	1.394.219,00	324,65	953,78	1.694,07
Joaquim Felício	317	138.619,00	500	441.451,00	355	495.343,00	437,28	882,9	1.395,33
Monjolos	300	80.066,00	281	274.507,00	255	313.965,00	266,89	976,89	1.231,24
Morro da Garça	320	133.536,00	313	238.637,00	242	355.720,00	417,30	762,42	1.469,92
Olhos D' Água	675	385.371,00	719	722.999,00	926	2.087.771,00	570,92	1.005,56	2.254,61
Presidente Juscelino	335	143.080,00	366	309.061,00	376	727.089,00	427,10	844,43	1.933,75
Santo Hipólito	318	93.615,00	449	472.128,00	384	781.410,00	294,39	1.051,51	2.034,92
Três Marias	2.045	743.888,00	1.658	1.541.535,00	1.807	2.367.726,00	363,76	929,76	1.310,31
TSM	23.735	9.299.765,00	23.369	22.517.273,00	24.459	40.806.442,00	391,82	963,553	1.668,36
Minas Gerais	1.384.906	578.283.626,00	1.326.222	1.188.938.182,00	1.308.630	2.086.033.077,00	417,56	896,00	1.594,06
Brasil	-	5.533.257.937,91	-	14.366.015.610,00	-	28.506.168.795,00	-	-	-

Fonte: PORTAL TRANSPARÊNCIA. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/portalthematicas.asp> Acesso em: dez.2017.

O valor médio anual do benefício por família passou de R\$ 391,82 em 2004 para R\$1.668,36 em 2016. Podemos concluir com os dados do Território Sertão de Minas, que o número de pessoas beneficiados pelo Bolsa Família em 2004 passou de 23.735 para 24.459 em 2016, e o valor do recurso em 2004 correspondente a R\$9.299.765,00 passou para R\$40.806.442,00 em 2016, ou seja, houve um aumento em 12 anos no PBF.

No ano de 2004, o município de Monjolos possuía o menor volume de recursos oriundos do PBF (R\$ 80.066,00) com 300 pessoas que recebiam este valor.

O município de Bocaiúva apresentava o maior volume de recursos no valor de R\$2.096.919,00, com 4.342 pessoas que receberam o benefício do PBF, porém o que podemos analisar neste período é que o município Curvelo o qual proporcionava o maior número de beneficiários do PBF (6.455) recebia valor menor (R\$ 1.829.017,00) do que o município de Bocaiúva que apresentava o segundo menor número de beneficiados (4.342 pessoas) e o valor de R\$ 2.096.919,00.

Em 2010, o município de Monjolos diminuiu o número de beneficiários em 93,67% das pessoas que recebiam o PBF, com um crescimento no volume de recursos em R\$194.441,00. Chama-se a atenção para a redução de 366 no número de famílias beneficiárias do PBF entre 2004 e 2010 no Território Sertão de Minas, porém o valor do PBF aumentou em R\$ 13.217.508,00.

A Tabela 3 demonstra também que os municípios de Buenópolis, Curvelo, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaraciama, Monjolos, Morro da Garça e Três Marias diminuíram o número de beneficiários do PBF nos anos de 2004 a 2010, com destaque para Monjolos que apresentou queda em relação ao número de beneficiários; passando de 300 para 281, porém podemos observar que valor da bolsa família aumentou para as famílias beneficiárias, passando de R\$ 80.066,00 para R\$ 274.507,00.

Em onze municípios no ano de 2016 ocorreu um aumento no número de famílias beneficiárias pelo PBF e no volume de recursos – entre eles Bocaiúva – aumentou em 1.243 o número de pessoas atendidas pelo programa, com uma ampliação no volume de R\$5.608.239,00.

Nos outros seis municípios, o número de beneficiados decresceu, porém, o volume de recursos aumentou, dentre os municípios podemos destacar: Morro da Garça que reduziu de 320 em 2004 para 242 em 2016, diminuindo em 78 o número de famílias beneficiárias, não obstante, o acréscimo do volume de recursos passou de R\$ 133.536,00 em 2004 para R\$355.720,00.

Pelos dados obtidos no gráfico 3 e tabela 3, pode-se fazer uma análise comparativa

entre os dados. No gráfico 3, em 2010 o município Guaraciama possuía R\$306,99 de *renda per capita*, menor valor comparando com os demais municípios, já na tabela 3 o município obteve um volume de recursos para os beneficiários do PBF em R\$827.143,00 com 769 pessoas beneficiados, ou seja, o município neste período possuía 23,90% de famílias em caso de pobres beneficiárias do bolsa família, com uma população mais concentrada na zona urbana.

No outro lado, o município Três Marias em 2010 possuía uma *renda per capita* R\$645,33 maior valor comparado com os demais municípios, com um volume de recursos do PBF em R\$ 1.541.535,00 com 1.658 beneficiários.

No entanto, o que se pode observar é que o município de Três Marias contava com 2,95% de pessoas extremamente pobres, ou seja; a população nessa condição era significativamente menor. Observamos que, 10,14% das pessoas pobres, também são beneficiadas pelo PBF. Isso permite averiguar que mesmo apresentando baixa taxa de pobreza, existem muitos favorecidos que necessitam do PBF.

As análises das condições de habitação dos domicílios com energia elétrica do Território Sertão de Minas têm demonstrado melhorias ao longo dos anos.

Em grande medida, são resultados de políticas voltadas para o desenvolvimento de territórios deprimidos que foram incorporadas ao Programa TC, como o programa Luz Para Todos. Neste caso destacamos no Gráfico 7, o acesso à energia elétrica no Território Sertão de Minas, saindo de um patamar menor em 1991, 74,01%, alcançando 98,75% em 2010. Em Minas Gerais, alterou de 85,35% para 99,35%, e no Brasil cresceu de 84,84% para 98,58%.

O aumento no acesso à energia elétrica, aproximou os municípios do território em 2010 em relação ao patamar apresentado pelo Estado de Minas Gerais e ultrapassou em 0,22% o patamar brasileiro.

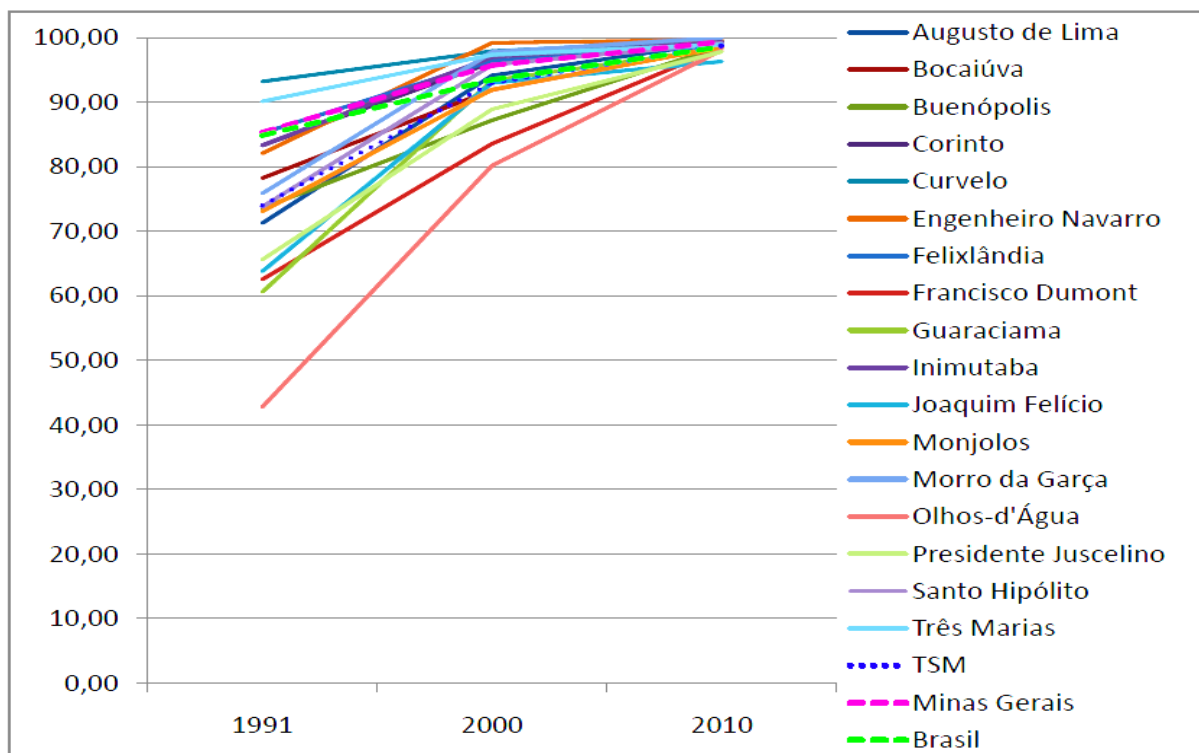


GRÁFICO 7 - Percentual de Domicílios com Energia Elétrica no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.

Fonte: ATLAS BRASIL Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2013, Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: Junho, 2017.

Chama-se a atenção, para o maior crescimento que ocorreu nos municípios que apresentavam o menor percentual em 1991: nesse rol, se destaca os municípios de Olhos D'Água que apresentava um percentual de (42,79%) em 1991 passando para (98,03 %) em 2010; e Morro da Garça que teve seu percentual de domicílios com energia elétrica crescente em 100%, passando de 75,86 % em 1991 para 100% em 2010, ou seja, toda a população deste município reside em domicílios com energia elétrica.

O percentual de domicílios com energia elétrica trata-se de um indicador importante, por demonstrar que ocorreu uma melhoria na qualidade de vida da população. Ainda em relação aos domicílios, os serviços públicos como água encanada e coleta de lixo, continuam crescendo e aproximando os municípios do território Sertão de Minas em relação à média mineira.

A conclusão desta análise pode ser verificada através da análise dos dados: a porcentagem de população com água encanada vem crescendo desde 1991, ano em que a população com água encanada era de (46,34%) passando para (70,96%) em 2000, e (79,38%) em 2010, a média mineira no ano de 1991 era de (77,57%), em 2000 (89,36%), e em 2010 (94,44%).

Em relação à população com domicílios que possui coleta de lixo, também observamos um grande crescimento: de 1991 (47,15%), a 2000 (71,57%), e para 2010 (92,43%). A média mineira em 1991 passou de 71,34%, para 92,01% em 2000 e 97,85% em 2010.

Contudo, com a análise dos dados dos dados analisados podemos concluir, que após a implementação das políticas públicas, o índice de desenvolvimento humano aumentou no território, os sub indicadores do IDH (longevidade, educação e renda), registraram avanços. Com o aumento na esperança de vida ao nascer, queda na mortalidade infantil, redução do número de pobres e extremamente pobres no território devido a uma elevação da renda *per capita*, e, em grande medida, devido a um aumento da participação do programa bolsa família nos municípios, com intervenção governamental para garantir não somente o aumento da renda, mas uma distribuição equitativa entre os municípios, que apresentavam condições de vida com baixa capacidade de emancipar estruturas deprimidas.

Melhoria na expectativa de anos de estudos, que apesar dos avanços observados na educação, a taxa de analfabetismo no território continua acima do patamar estadual e nacional, indicando que a desigualdade ainda persiste no território, e que os investimentos em educação devem continuar sendo ampliados, com o objetivo de reduzir ainda mais a taxa de analfabetismo de 18 anos ou mais. Houve melhoria na qualidade de vida da população dos municípios do TSM, ocorreu um aumento no acesso à energia elétrica de 93,04% em 2000 para 98,75% em 2010; na água encanada de 70,96% em 2000 para 79,38% em 2010; e na coleta de lixo em 2000 de 71,57% para 92,43% em 2010.

Na análise demográfica podemos constatar que a população do Território Sertão de Minas é eminentemente urbana. A taxa de crescimento anual negativa no território na zona rural demonstra que ocorreu uma grande saída da população do campo para as cidades, em razão de um aumento da população urbana. Além disso, outro índice muito importante na caracterização do território, é a densidade demográfica que é baixa no território, 10,15 habitantes por km² no TSM, ou seja, o território é considerado vazio comparado com a densidade demográfica do mineiro 33,41 habitantes por km².

2.3 – TERRITÓRIO SERTÃO DE MINAS: PERFIL ECONÔMICO E PRODUTIVO

Com a intenção de caracterizar o Território Sertão de Minas em relação as suas atividades econômicas, selecionamos informações do Valor Adicionado Bruto (VAB), Produto Interno Bruto (PIB), Produção Agrícola Municipal (PAM) Área Plantada (ou Destinada à Colheita em Hectares) das Lavouras Permanentes, dentre as Principais Culturas Agrícolas Identificadas e Valor da Produção (em R\$ 1.000,00), Área Plantada (ou destinada à colheita em Hectares) das Lavouras Temporárias, dentre as Principais Culturas Agrícolas Identificadas e Valor da Produção (em R\$ 1.000,00), e Produção Pecuária Municipal (PPM) efetivo da pecuária, por tipo, Valor da Produção (em R\$ 1.000,00).

Na tabela 4, observam-se os preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica (Agropecuária, Indústria e Serviços) bem como os impostos, líquidos de subsídios.

A análise sobre a participação dos setores da economia no VAB sintetizadas na tabela 4 demonstra a tendência de aumento na participação da Agropecuária em 2002 para 2014 no TSM passando de 8,74% para 14,74%.

Observa-se que, em Minas Gerais houve redução na participação da Agropecuária de 6,32% para 5,63%, enquanto no Brasil ocorreu redução mais elevada passando de 6,42% para 5,03%.

TABELA 4- Participação da Agropecuária, Indústria e Serviços no Valor Adicionado Bruto (VAB) no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.

Municípios	Agropecuária			Indústria			Serviços			Administrativo			Serviços Totais (Serviços + Administração)		
	2002	2010	2014	2002	2010	2014	2002	2010	2014	2002	2010	2014	2002	2010	2014
Augusto de Lima	30,53%	24,22%	27,59%	7,37%	13,58%	8,47%	30,11%	30,41%	29,90%	31,98%	31,78%	34,05%	62,09%	62,20%	63,94%
Bocaiúva	7,10%	10,07%	9,73%	27,86%	23,25%	22,73%	34,92%	37,36%	40,83%	30,13%	29,31%	26,70%	65,05%	66,67%	67,53%
Buenópolis	20,84%	20,36%	20,30%	4,81%	7,85%	4,92%	33,54%	34,21%	38,94%	40,81%	37,58%	35,84%	74,35%	71,79%	74,78%
Corinto	13,74%	16,96%	17,84%	7,06%	8,92%	8,43%	46,76%	41,21%	43,79%	32,44%	32,91%	29,94%	79,20%	74,11%	73,73%
Curvelo	7,90%	15,85%	12,35%	13,22%	15,27%	14,99%	54,77%	47,88%	51,54%	24,10%	21,00%	21,13%	78,88%	68,88%	72,67%
Engenheiro Navarro	19,80%	17,66%	13,27%	6,52%	7,92%	5,57%	26,50%	28,95%	37,43%	47,18%	45,48%	43,73%	73,68%	74,42%	81,16%
Felixlândia	23,23%	56,08%	44,14%	5,76%	4,73%	4,22%	36,73%	20,65%	29,20%	34,29%	18,53%	22,44%	71,01%	39,18%	51,65%
Francisco Dumont	22,34%	27,94%	24,13%	4,57%	5,80%	5,55%	24,28%	21,55%	23,20%	48,82%	44,70%	47,12%	73,10%	66,26%	70,32%
Guaraciama	21,41%	19,71%	11,54%	3,65%	3,30%	5,03%	22,72%	27,18%	25,88%	52,22%	49,81%	57,54%	74,94%	76,99%	83,42%
Inimutaba	13,56%	16,35%	17,27%	15,87%	30,71%	13,32%	30,85%	22,70%	27,98%	39,72%	30,24%	41,42%	70,57%	52,94%	69,40%
Joaquim Felício	22,10%	23,77%	25,00%	4,55%	8,37%	5,67%	34,74%	26,07%	25,21%	38,59%	41,78%	44,11%	73,34%	67,86%	69,32%
Monjolos	25,51%	37,73%	31,85%	3,96%	4,28%	3,68%	25,16%	18,67%	20,62%	45,37%	39,33%	43,85%	70,53%	58,00%	64,47%
Morro da Garça	32,16%	42,09%	33,87%	4,47%	3,71%	3,61%	30,53%	28,73%	30,95%	32,84%	25,47%	31,57%	63,37%	54,20%	62,52%
Olhos D' Água	28,70%	46,87%	37,56%	9,63%	3,70%	5,06%	19,35%	18,67%	20,57%	42,34%	30,75%	36,81%	61,69%	49,43%	57,38%
Presidente Juscelino	27,68%	30,91%	32,91%	8,19%	6,81%	13,89%	20,51%	20,25%	17,86%	43,60%	42,02%	35,34%	64,12%	62,27%	53,20%
Santo Hipólito	34,20%	44,82%	33,57%	4,18%	6,02%	3,82%	23,35%	20,33%	24,57%	38,28%	28,83%	38,05%	61,63%	49,16%	62,61%
Três Marias	1,81%	10,56%	6,69%	75,15%	58,02%	55,80%	16,06%	21,90%	25,81%	6,98%	9,52%	11,70%	23,04%	31,42%	37,51%
TSM	8,74%	18,16%	14,74%	37,51%	27,98%	24,66%	32,23%	32,57%	37,61%	21,52%	21,30%	22,99%	53,75%	53,86%	60,59%
Minas Gerais	6,32%	5,60%	5,63%	28,53%	33,18%	28,82%	47,51%	46,13%	49,71%	17,64%	15,09%	15,83%	65,15%	61,22%	65,54%
Brasil	6,42%	4,84%	5,03%	26,37%	27,38%	23,79%	50,73%	51,50%	54,76%	16,48%	16,28%	16,43%	67,22%	67,78%	71,18%

Fonte: SIDRA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> Acesso em: dezembro, 2017.

Dentre os dezessete municípios do território analisado, doze aumentaram a participação do setor agropecuário de 2002 a 2014 (Bocaiúva, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Francisco Dumont, Inimutaba, Joaquim Felício, Monjolos, Morro da Garça, Olhos D' Água, Presidente Juscelino e Três Marias), com destaque para o município Felixlândia em 2002 a participação no setor agropecuário aumentou de 23,23% para 44,14% em 2014. Os demais municípios apresentaram uma diminuição no setor agropecuário (Augusto de Lima, Buenópolis, Engenheiro Navarro, Guaraciama, Santo Hipólito) destacando o município de Guaraciama que obteve uma diminuição de 53,76%: passando de 21,41% em 2002 para 11,54% em 2014.

Analisando os municípios, do Território Sertão de Minas possuía a menor participação da Agropecuária no VAB foi de Três Marias de 1,81% em 2002. Em 2010 houve uma expansão da atividade agropecuária de 10,56%. Contudo o que predominava no início do seu surgimento era a participação na indústria, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Três Marias e também da Usina siderúrgica do Grupo Votorantim⁹.

Todavia, a participação da indústria reduziu passando de 75,15% em 2002 para 58,02% em 2010; esta redução pode ter sido caracterizada devido ao fato de que a população que antes trabalhava no setor industrial, migrou para o setor de serviços totais.

No ano de 2014, o setor agropecuário neste município diminuiu de 10,56% para 6,69%. As atividades agropecuária e industrial – no período – reduziram; enquanto a atividade de serviços administrativos aumentou.

No setor industrial, a participação do território nos anos 2002 a 2014; diminuiu de 37,51% para 24,66%, no estado teve uma pequena variação; de 28,53% para 28,82%. Observa-se um aumento do setor industrial em Minas Gerais pouco significativo em relação a 2010 (33,18%).

No Brasil, o setor industrial diminuiu: saindo de 26,37% para 23,79%, o setor industrial no Brasil aumentou em 2010 (27,38%), porém diminuiu em 2014. Dentre os municípios podemos destacar Três Marias (75,15%) que no setor industrial no ano de 2002 apresentava o maior percentual, e do outro lado Guaraciama (3,65%) apresentava o menor percentual em 2002, já em 2014 Três Marias (55,80%) apresentava o maior percentual no setor industrial, e no outro extremo Morro da Garça 3,61%.

⁹ De acordo com o Instituto Aço Brasil, com a criação da Votorantim Siderúrgica, “No Brasil, a VS mantém uma unidade Florestal integrada por quatro fazendas de produção de eucalipto localizada nos municípios de Vazante, Paracatu e João Pinheiro, em Minas Gerais. O carvão produzido segue para o alto-forno da unidade de Curvelo (MG) e, junto com minério de ferro adquirido de terceiros é utilizado na produção do ferro gusa, matéria-prima para a produção do aço.” Isso reflete no aumento da participação de Curvelo no setor industrial a partir de 2010.

No setor de Serviços, o território Sertão de Minas aumentou sua participação em relação ao VAB, passando de 32,23% em 2002 para 37,61% em 2014, o estado mineiro 47,51% em 2002 para 49,71% em 2014, já no Brasil aumentou sua participação no setor de Serviços 50,73% em 2002 para 54,76% em 2014. No ano de 2002, o município de Curvelo (54,77%) apresentava o maior percentual no setor de serviços acima do percentual territorial, estadual e nacional, porém diminuiu para 51,54% em 2014. Do outro lado Três Marias (16,06%) em 2002 apresentou o menor percentual entre os demais municípios aumentando seu percentual em 2014 (25,81%).

No setor Administrativo, que corresponde ao setor de serviços administrados pelo poder público, tais como: escolas, creches, prefeitura, etc. No território ocorreu um aumento de 21,52% em 2002 para 22,99% em 2014. No estadual, decresceu passando de 17,64% em 2002 para 15,83% em 2014, no setor nacional o decréscimo do seu percentual não foi tão representativo durante os anos de 2002 (16,48%) para 2014 (16,43%).

O município de Guaraciama (52,22%) apresentava em 2002 o maior percentual no setor administrativo, e de outro lado Três Marias (6,98%) apresentava o menor percentual. Em 2014, o município de Guaraciama (57,54%) continuou entre os demais municípios com o maior percentual no setor administrativo e Três Marias (11,70%) com o menor percentual.

No setor de serviços totais (serviços + administração) pode-se observar através da análise da tabela 4, que houve um crescimento no território passando de 53,75 % (32,23% + 21,52%) em 2002 para 60,59% (37,61+22,99) em 2014, porém manteve-se abaixo do patamar estadual 65,15% (47,51+17,64) em 2002 para 65,54% (49,71+15,83) em 2014, e abaixo do patamar nacional 67,22 % (50,73+16,48) em 2002 para 71,18% (54,76+16,43) em 2014.

Nos dezessete municípios, o município de Corinto apresentou 79,20 % (46,76+32,44) em 2002; maior percentual comparado aos demais municípios, porém, em 2014 este percentual diminuiu para 73,73% (43,79+29,94). No outro extremo, o município de Três Marias apresentava o menor percentual no setor de serviços totais (serviços + administração) de 23,04% (16,06+6,98) em 2002, aumentando para 37,51% (25,81+11,70) em 2014, no entanto, neste ano apresentava o menor percentual dentre os demais municípios.

Os dados do IBGE evidenciam que nos municípios do território Sertão de Minas, o setor que mais predomina, e o setor de serviços totais (serviços + administração), somente o município de Três Marias, mesmo decrescendo seu percentual de 75,15% em 2002 para 55,80% em 2014, o setor que tem mais predomínio é o setor industrial.

TABELA 5 – Produto Interno Bruto (PIB) e PIB Per Capita no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil (2000 - 2014).

Municípios	PIB Nominal (R\$ 1.000)			PIB real 2000 em 2010 (R\$ 1.000)	PIB real 2010 em 2014 (R\$ 1.000)	Taxa anual de Crescimento 2000 -2010	Taxa anual de Crescimento 2010 -2014
	2000	2010	2014				
Augusto de Lima	15.108,00	42.408,00	57.564,00	34.192,47	55.373,19	2,18%	0,97%
Bocaiúva	129.428,00	393.255,00	656.669,00	292.921,84	513.482,88	2,99%	6,34%
Buenópolis	24.323,00	63.642,00	101.106,00	55.047,89	83.098,95	1,46%	5,03%
Corinto	63.629,00	163.945,00	277.564,00	144.005,34	214.067,09	1,31%	6,71%
Curvelo	228.631,00	800.197,00	1.235.272,00	517.438,37	1.044.837,23	4,46%	4,27%
Engenheiro Navarro	12.342,00	39.324,00	60.469,00	27.932,45	51.346,33	3,48%	4,17%
Felixlândia	37.377,00	186.494,00	247.697,00	84.591,74	243.509,88	8,23%	0,43%
Francisco Dumont	8.779,00	29.194,00	39.828,00	19.868,66	38.119,34	3,92%	1,10%
Guaraciama	7.493,00	24.466,00	32.939,00	16.958,18	31.945,87	3,73%	0,77%
Inimutaba	15.123,00	53.906,00	55.792,00	34.226,42	70.386,41	4,65%	-5,64%
Joaquim Felício	9.341,00	28.784,00	43.708,00	21.140,58	37.583,99	3,13%	3,85%
Monjolos	7.387,00	18.425,00	26.807,00	16.718,28	24.057,98	0,98%	2,74%
Morro da Garça	12.791,00	37.122,00	47.670,00	28.948,63	48.471,12	2,52%	-0,42%
Olhos D' Água	11.251,00	47.184,00	63.861,00	25.463,30	61.609,33	6,36%	0,90%
Presidente Juscelino	11.415,00	25.302,00	45.851,00	25.834,46	33.037,45	-0,21%	8,54%
Santo Hipólito	11.171,00	34.308,00	35.823,00	25.282,24	44.796,81	3,10%	-5,44%
Três Marias	285.789,00	983.447,00	1.207.172,00	646.798,52	1.284.111,33	4,28%	-1,53%
TSM	891.378,00	2.971.403,00	4.235.792,00	2.017.369,36	3.882.459,69	3,95%	2,23%
Minas Gerais	100.612.293,00	351.123.418,00	516.633.984,00	227.706.043,35	458.470.624,97	4,43%	3,03%
Brasil	1.179.482.000,00	3.885.847.000,00	5.778.952.780,00	2.669.407.200,85	5.073.847.574,08	3,83%	3,31%

Fonte: SIDRA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> Acesso em: dez, 2017.

Ao observar a Tabela 5, constatamos um crescimento do PIB nominal a preços correntes e no PIB real em nível territorial, estadual e nacional.

No TSM o valor do PIB real de 2000 em 2010 foi mais de pouco mais de dois bilhões de Reais, no Estado foi mais de R\$ 227.000.000.000,00 e no Brasil chegou mais de R\$2.600.000.000.000,00. Dentre os municípios, Guaraciama e Monjolos apresentaram o menor PIB real, ficando abaixo de R\$ 17.000,00, enquanto Três Marias R\$ 646.798.000,52 apresentando o maior PIB real.

O PIB real 2010 em 2014 no território foi mais de R\$ 3.000.000.000,00, o estadual obteve um maior valor acima R\$ 458.000.000.000,00 e o nacional alcançou valor maior de R\$5.000.000.000.000,00. Entre os municípios, o menor valor do PIB real 2010 em 2014 continuou em Monjolos (R\$24.057.980,00) e o maior com Três Marias (R\$1.284.111.330,00). Entre 2000-2010, o município que apresentava a maior taxa anual de crescimento e Felixlândia (8,23%), maior que a taxa territorial (3,95%), estadual (4,43%) e o nacional (3,83%), ao contrário o município de Presidente Juscelino apresentava (-0,21%) a menor taxa.

Ao observar a tabela 5, podemos verificar que a taxa anual de crescimento de 2010-2014 decresceu. Dentre os municípios, Inimutaba (-5,64%) apresentava a menor taxa anual de crescimento, por outro lado, o município de Presidente Juscelino (8,54%) contava com taxa anual de crescimento positivo superior à territorial (2,23%), estadual (3,03%) e nacional (3,31%).

Em 2000, a média do PIB *Per Capita* do TSM (R\$ 3.868,78) ficou abaixo do patamar estadual (R\$ 5.623,47) e nacional (R\$ 6.946,35). Entre os municípios, Francisco Dumont, apresentava PIB *Per Capita* na casa dos R\$1.900,00 apresentando o menor valor e no outro extremo Três Marias apresentando o maior valor R\$ 12.126,15, acima do patamar territorial, estadual e nacional.

A média do PIB *Per Capita* no TSM (R\$ 12.006,85) no período de 2010 aumentou, porém continuou abaixo da média estadual (R\$ 17.916,90) e média nacional (R\$20.370,79). Dos dezessete municípios, oito apresentavam uma média maior que a territorial, dentre eles Três Marias (R\$ 34.728,69), o restante dos municípios indicavam média abaixo da territorial – dentre eles Guaraciama (R\$ 5.185,67).

As informações apresentadas na Tabela 5 permitem entender que, embora o território em 2000 concentrasse 1,23% da população em relação ao estado; o mesmo só participa de 0,89% do PIB estadual. Em 2010, podemos observar que ocorreu uma redução na participação do território no PIB estadual 0,82% com uma concentração de apenas 1,21% da população em relação ao estado. Dessa forma, podemos concluir um baixo dinamismo

econômico no território, contudo propiciando um aumento do PIB *per capita*.

Portanto, nos municípios mais pobres, ocorreu uma melhoria da renda *per capita*, reduziram a pobreza, receberam maiores valores do programa Bolsa Família, e por consequência melhoraram seus IDHs, isso acima da média do estado, situação que pode ser observada, com a redução da distância entre estes municípios e o estado. Desse modo, esta situação não foi observada, em relação ao PIB e a taxa de crescimento PIB.

Com relação ao perfil da estrutura fundiária do TSM os dados do Censo Agropecuário de 2006 reunidos na Tabela 6, revelam que a participação do território no número de estabelecimentos agropecuários do estado mineiro é de 1,25 %, com 6.881 estabelecimentos, enquanto o peso estadual no conjunto do país é de 10,66%, com 551.621 estabelecimentos.

Dentre os dezessete municípios, Augusto de Lima apresentava o menor número de estabelecimento agropecuário (102 estabelecimentos), representando 1,48 % na participação do território, e o município de Curvelo (1.171) contava com maior número de estabelecimentos agropecuários, corresponde a 17,02% do total de estabelecimentos do território.

TABELA 6 – Perfil da Estrutura Fundiária do Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil.

Municípios	Estab. Agropecuários			% dos Estab. Assentados	Área dos Estab. Agropecuários				
	Total	Patronal	A. Familiar		Total (ha)	Patronal		A. Familiar	
		%	%			%	A. Média	%	A. Média
Augusto de Lima	102	27,45	72,55	-	22.821	86,37	703,95	13,63	42,03
Bocaiúva	988	18,02	81,98	17,61	58.468	74,47	244,61	25,53	18,43
Buenópolis	319	9,72	90,28	0,31	14.671	53,43	252,86	46,57	23,72
Corinto	585	30,26	69,74	-	99.503	83,48	469,29	16,52	40,29
Curvelo	1.171	29,72	70,28	0,09	178.144	85,65	438,45	14,35	31,06
Engenheiro Navarro	268	20,52	79,48	4,10	39.896	88,49	641,89	11,51	21,56
Felixlândia	676	30,33	69,67	-	110.129	86,43	464,31	13,57	31,73
Francisco Dumont	268	26,87	73,13	-	149.032	93,70	1939,49	6,30	47,90
Guaraciama	325	5,54	94,46	0,62	7.342	48,53	197,95	51,47	12,31
Inimutaba	220	34,55	65,45	-	20.034	77,92	205,40	22,08	30,72
Joaquim Felício	315	12,70	87,30	1,27	24.545	65,69	403,09	34,31	30,62
Monjolos	157	29,30	70,70	-	14.983	76,42	248,91	23,58	31,83
Morro da Garça	217	37,79	62,21	-	27.748	83,30	281,88	16,70	34,33
Olhos D' Água	383	16,45	83,55	13,05	31.995	76,42	388,10	23,58	23,58
Presidente Juscelino	287	32,75	67,25	0,35	34.083	81,14	1024,26	18,86	4,59
Santo Hipólito	182	33,52	66,48	-	34.500	88,36	499,74	11,64	33,19
Três Marias	418	41,39	58,61	0,24	145.704	92,43	778,46	7,57	45,02
TSM	6.881	29,30	70,70	0,62	1.013.598	83,30	540,16	16,70	29,58
Minas Gerais	551.621	20,72	79,28	1,38	33.083.509	73,29	212,13	26,71	20,21
Brasil	5.175.636	15,64	84,36	3,66	333.680.037	75,99	313,29	24,01	18,35

Fonte: SIDRA. Perfil da Estrutura Fundiária do Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela> (tabelas 1112 e 1109) Acesso em: dezembro, 2017.

Na Tabela 6, também constatamos o baixo percentual de estabelecimentos agropecuários assentados no território (0,62%), comparado ao patamar estadual (1,38%) e nacional (3,66%). Nos dezessete municípios se destaca Bocaiúva e Olhos D' Água com mais de 10,00% de estabelecimentos com proprietários assentados.

A participação dos agricultores familiares no total de estabelecimentos no território é de 70,70%, abaixo do patamar brasileiro com 84,36%, e mineiro com 79,28%, contudo, apresentando maior área dos estabelecimentos na agricultura patronal 83,30% e menor área na agricultura familiar 16,70 %, enquanto a agricultura patronal fica com 29,30%, evidenciando assim uma brutal concentração da terra, muito acima da realidade mineira e nacional.

O município de Guaraciama 94,46% possuía o maior percentual de estabelecimentos de agricultores familiares com 51,47% da área dos estabelecimentos na agricultura familiar, ou seja, existência forte da presença de agricultura familiar neste município. No outro extremo, Três Marias com a menor participação de estabelecimentos de agricultores familiares 58,61%, com o peso da agricultura patronal em 41,39%, ocupando a maior área patronal 92,43%, todavia o município apresenta forte presença da agricultura patronal.

O percentual de estabelecimentos da agricultura patronal no TSM 29,30%, seguido por 15,64% no Brasil e em Minas Gerais com 20,72%, ou seja, o percentual de estabelecimentos da agricultura patronal no TSM é maior que o percentual estadual e nacional. No grupo de agricultores patronal a área média é de 540,16 hectares, em Minas Gerais 212,13 hectares, e 313,29 hectares em nível nacional, ou seja, a área média de agricultores patronal no território é maior.

Sobre estas características pode-se inferir que a estrutura fundiária deste território é heterogênea, formada por estabelecimentos, em sua maioria, de agricultores familiares, porém com área média de agricultores familiares menor, do que a área média patronal, ou seja, apresentando maior peso da agricultura patronal em suas áreas.

A Tabela 7 demonstra que as informações da Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2015, referente às lavouras temporárias e as principais culturas do TSM que ocupam a área total e de 29.352 hectares, é muito pequena, perante os 1.013.598 hectares de área dos estabelecimentos agropecuários.

Ao mesmo tempo a área de lavouras temporárias do território representa 0,68% da área estadual (4.297.197 hectares) e equivalente a 6,05% da área nacional (71.030.417 hectares). Entre os dezessete municípios, o Morro da Garça tem a menor área de lavouras temporárias totais (300 hectares) e Bocaiúva (6.827 hectares) com a maior área, ocupando 23,26% da territorial.

TABELA 7 - Área Plantada (ou destinada à colheita em Hectares) das Lavouras Temporárias, Dentre as Principais Culturas Agrícolas Identificadas e Valor da Produção (R\$1000) no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil (2015).

Municípios	Área das Lavouras Temporárias						Valor Produção R\$(1000)
	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Outros	Total	
Augusto de Lima	160	20	40	300	10	530	R\$ 1.940,00
Bocaiúva	3.000	450	340	3.000	37	6.827	R\$ 17.723,00
Buenópolis	400	250	75	2.200	8	2.933	R\$ 7.576,00
Corinto	160	200	50	2.500	15	2.925	R\$ 7.208,00
Curvelo	-	300	265	1.900	27	2.492	R\$ 7.512,00
Engenheiro Navarro	460	260	20	800	61	1.601	R\$ 4.550,00
Felixlândia	324	130	105	1.100	55	1.714	R\$ 5.921,00
Francisco Dumont	410	50	70	300	80	910	R\$ 1.740,00
Guaraciama	-	-	250	1.200	95	1.545	R\$ 2.371,00
Inimutaba	224	-	-	900	-	1.124	R\$ 2.898,00
Joaquim Felício	-	80	50	500	6	636	R\$ 1.636,00
Monjolos	200	-	40	350	-	590	R\$ 1.703,00
Morro da Garça	-	-	-	300	-	300	R\$ 900,00
Olhos D' Água	180	70	80	280	5	615	R\$ 1.136,00
Presidente Juscelino	80	20	5	1.000	-	1.105	R\$ 1.875,00
Santo Hipólito	440	90	-	550	-	1.080	R\$ 4.507,00
Três Marias	160	60	45	1.800	360	2.425	R\$ 6.448,00
TSM	6.198	1.980	1.435	18.980	759	29.352	R\$ 77.644,00
Minas Gerais	917.878	346.758	59.459	1.281.452	5.988.847	4.297.197	R\$ 15.627.439,00
Brasil	10.179.827	3.130.035	1.536.161	15.846.517	40.337.877	71.030.417	R\$ 220.561.303,00

Fonte: SIDRA. **Produção Agrícola Municipal** (PAM) 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613> Acesso em: dez, 2017.

A principal cultura no TSM é o milho; presente em todos os municípios, ocupando 18.980 hectares, representando 64,66 % do total da área de lavouras temporárias totais no território. No estado mineiro o milho corresponde a 29,82% do total da área de 4.297.197 hectares. A menor área destinada ao cultivo de milho fica em Olhos D' Água com 280 hectares (1,48% do total do TSM) e a maior produção em Bocaiúva com 3.000 hectares (15,81% do total do TSM).

A cana-de-açúcar é a segunda cultura mais importante no TSM, ocupando 21,12% da área total de lavouras temporárias com 6.198 hectares, representando 0,68 % da área estadual (917.878hectares), enquanto Minas Gerais participa com 9,02 % da área nacional (10.179.827hectares) destinada ao cultivo da cana-de-açúcar.

O município de Presidente Juscelino (80 hectares) tem a menor área temporária de cana-de-açúcar (1,29 % do total de cana-de-açúcar do território), e Bocaiúva (3.000 hectares) a maior área de cana-de-açúcar (48,40%). O município de Curvelo, Guaraciama, Joaquim Felício e Morro da Garça não cultivam cana-de-açúcar.

A terceira cultura temporária mais importante no TSM é o feijão (1.980 hectares) com

0,57 % da área cultivada estadual (346.758 hectares). O estado mineiro participa em 11,08 % da área de feijão no Brasil (3.130.035 hectares). Os municípios de Guaraciama, Inimutaba, Monjolos e Morro da Garça não cultivam feijão, as áreas menos ocupadas ficam no município de Augusto de Lima (20 hectares) e Presidente Juscelino (20 hectares), e a maior em Bocaiúva (450 hectares) representando 22,73% da produção total do território.

A mandioca é a quarta cultura no território com área de 1.435 hectares, com 2,41% do equivalente estadual (59.459 hectares), enquanto o estado mineiro corresponde a 3,87% da área cultivada no país com mandioca. Com exceção dos municípios de Inimutaba, Morro da Garça e Santo Hipólito, o restante dos municípios destina sua área para esta cultura, a maior proporção se encontra em Bocaiúva (340 hectares) e a menor em Presidente Juscelino (5 hectares).

As outras culturas temporárias (arroz, tomate, fava, etc.) ocupam 759 hectares no TSM. O município mais representativo em relação a outros cultivos de culturas temporárias é Três Marias (360 hectares) com 47,43 % em relação à área das lavouras temporárias do território.

O valor da produção das lavouras temporárias no TSM em 2015 foi R\$ 77.644.000,00, no estado mineiro mais de R\$ 15.627.439.000,00 e mais de R\$ 220.561.303.000,00 no Brasil. O município de Bocaiúva (R\$ 17.723.000,00) apresenta o maior valor representando 22,83% do valor do território obtido com as lavouras temporárias, e o município de Morro da Garça (R\$ 900.000,00) representa o menor valor de produção das lavouras temporárias, representando 1,16% do valor territorial.

A tabela 8 demonstra a produção agrícola das lavouras permanentes totais que ocupam 1.271 hectares no território, representando apenas 0,11% do estado mineiro (1.130.425 hectares), o qual representa 19,55 % da área de lavouras permanentes totais no país (5.781.219 hectares).

Com a exceção de Inimutaba, Joaquim Felício, Morro da Garça e Olhos D' Água, todos os outros municípios cultivam lavouras permanentes.

TABELA 8- Área Plantada (ou destinada à colheita em Hectares) das Lavouras Permanente, Dentre as Principais Culturas Agrícolas Identificadas, Valor da Produção (R\$1000) no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil (2015).

Municípios	Área das Lavouras Permanentes						Valor da Produção (R\$1000)
	Banana	Café	Laranja	Manga	Outros	Total	
Augusto de Lima	-	-	2	40	3	45	R\$ 465,00
Bocaiúva	38	150	42	-	44	274	R\$ 3.354,00
Buenópolis	-	-	-	80	12	92	R\$ 908,00
Corinto	15	-	-	-	16	31	R\$ 744,00
Curvelo	250	-	-	80	38	368	R\$ 4.143,00
Engenheiro Navarro	17	-	5	5	17	44	R\$ 575,00
Felixlândia	19	-	15	-	22	56	R\$ 901,00
Francisco Dumont	15	-	-	4	-	19	R\$ 130,00
Guaraciama	18	-	10	250	-	278	R\$ 587,00
Inimutaba	-	-	-	-	-	-	-
Joaquim Felício	-	-	-	-	-	-	-
Monjolos	-	-	-	15	5	20	R\$ 525,00
Morro da Garça	-	-	-	-	-	-	-
Olhos D' Água	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Juscelino	-	-	-	10	4	14	R\$ 179,00
Santo Hipólito	-	-	-	10	-	10	R\$ 192,00
Três Marias	-	-	2	2	16	20	R\$ 233,00
TSM	372	150	76	496	177	1.271	R\$ 12.936,00
Minas Gerais	45.601	997.592	44.071	6.375	10.018.181	1.130.425	R\$ 11.423.459,00
Brasil	484.873	1.986.272	681.816	64.370	2.566.594	5.781.219	R\$ 44.047.159,00

Fonte: SIDRA. **Produção Agrícola Municipal (PAM)** 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457> Acesso em: dez, 2017.

No TSM dentro dos 1.271 hectares de lavouras permanentes, estão distribuídas culturas de manga (496 hectares), seguido de banana (372 hectares), café (150 hectares), laranja (76 hectares) e as outras culturas com 177 hectares.

Ao analisar a cultura de manga podemos observar na tabela 8, que o município de Guaraciama cultiva a maior produção de lavouras permanentes 250 hectares, enquanto Três Marias cultiva 2 hectares menor produção de lavouras permanentes. O município de Bocaiúva, Corinto, Felixlândia, Inimutaba, Joaquim Felício, Morro da Garça e Olhos D' Água, não cultivam manga.

O município de Curvelo, no total de lavouras permanentes cultiva 368 hectares, dos quais 67,93 % são cultivados por banana e 21,74 % são ocupados com manga, indicando uma elevada concentração de atividades comparada com os demais municípios. O município de Guaraciama é o segundo município com as maiores lavouras permanente totais; 278 hectares representando 21,87 % do total de lavouras permanentes do território (1.271 hectares), 89,93% destinado à cultura de manga, 6,47% destinado à cultura de banana e o restante para a

laranja 3,60%. O terceiro município com maior representação no total de lavouras permanentes e o município de Bocaiúva (274 hectares) na qual destina 150 hectares para o cultivo de café, 38 hectares para banana e o restante para o cultivo de laranja. O município Santo Hipólito representa o menor cultivador de lavouras permanentes 0,79% do total das lavouras permanentes no TSM, cultivando apenas manga em seu município.

O valor da produção agrícola das lavouras permanentes no TSM alcançou em 2015 mais de R\$ 12.000.000,00, no estado mineiro mais de R\$ 11.000.000.000,00 o que representa 25,93% dos mais de R\$ 44.000.000.000,00 no Brasil. O município de Francisco Dumont (R\$130.000,00) obteve o menor valor da produção com lavouras permanentes, o maior valor ficou com Curvelo, mais de R\$ 4.143.000,00, representando 32,03 % no valor da produção das culturas permanentes do território.

Os dados da Produção Pecuária Municipal (PPM) 2015 reunidos na Tabela 9 demonstram que todos os municípios do TSM possuem efetivos de aves, bovino e suíno.

TABELA 9 – Efetivo da pecuária, por tipo, Valor da Produção (R\$1000) no Território Sertão de Minas, Minas Gerais e Brasil (2015).

Municípios	Efetivo da Pecuária					Produção (R\$1000)				
	Aves	Bovinos	Suínos	Outros	Total	Leite	Mel	Ovos Gal.	Outros	Total
Augusto de Lima	36.223	29.702	467	343	66.735	R\$ 24.130,00	R\$ 16,00	R\$ 252,00	-	R\$ 24.398,00
Bocaiúva	36.896	69.885	3.714	3.449	113.944	R\$ 13.030,00	R\$ 1.638,00	R\$ 790,00	4,00	R\$ 15.462,00
Buenópolis	22.694	30.170	1.154	898	54.916	R\$ 23.150,00	R\$ 14,00	R\$ 205,00	4,00	R\$ 23.369,00
Corinto	50.735	58.111	779	1.296	110.921	R\$ 48.928,00	R\$ 2,00	R\$ 671,00	4,00	R\$ 49.601,00
Curvelo	42.963	96.483	21.947	4.750	166.143	R\$ 79.200,00	R\$ 60,00	R\$ 428,00	4,00	R\$ 79.688,00
Engenheiro Navarro	8.942	25.255	961	1.500	36.658	R\$ 2.271,00	R\$ 36,00	R\$ 152,00	1,00	R\$ 2.460,00
Felixlândia	23.528	40.540	615	1.837	66.520	R\$ 37.842,00	R\$ 86,00	R\$ 233,00	-	R\$ 38.161,00
Francisco Dumont	8.150	18.939	715	1.087	28.891	R\$ 2.384,00	R\$ 4,00	R\$ 87,00	3,00	R\$ 2.478,00
Guaraciama	15.641	6.941	1.052	594	24.228	R\$ 1.282,00	R\$ 765,00	R\$ 233,00	1,00	R\$ 2.281,00
Inimutaba	9.437	16.088	10.660	1.085	37.270	R\$ 13.088,00	R\$ 12,00	R\$ 81,00	-	R\$ 13.181,00
Joaquim Felício	10.062	17.597	617	490	28.766	R\$ 14.354,00	R\$ 8,00	R\$ 109,00	-	R\$ 14.471,00
Monjolos	5.742	16.466	234	323	22.765	R\$ 13.344,00	-	R\$ 60,00	-	R\$ 13.404,00
Morro da Garça	7.369	21.275	308	849	29.801	R\$ 19.096,00	-	R\$ 63,00	-	R\$ 19.159,00
Olhos D' Água	13.928	10.232	661	1.116	25.937	R\$ 1.860,00	R\$ 27,00	R\$ 166,00	2,00	R\$ 2.055,00
Presidente Juscelino	9.897	22.244	701	1.148	33.990	R\$ 18.441,00	-	R\$ 69,00	-	R\$ 18.510,00
Santo Hipólito	14.825	23.056	255	772	38.908	R\$ 18.205,00	-	R\$ 136,00	-	R\$ 18.341,00
Três Marias	23.418	28.606	348	1.127	53.499	R\$ 27.177,00	R\$ 106,00	R\$ 233,00	-	R\$ 27.516,00
TSM	340.450	531.590	45.188	22.664	939.892	R\$ 357.782,00	R\$ 2.774,00	R\$ 3.968,00	R\$ 23,00	R\$ 364.535,00
Minas Gerais	124.929.454	23.768.959	5.047.216	2.726.296	156.471.925	R\$ 9.134.526,00	R\$ 41.380,00	R\$ 953.084,00	R\$ 28.923,00	R\$ 10.157.913,00
Brasil	1.326.452.695	215.220.508	39.795.222	53.924.546	1.635.392.971	R\$ 34.231.997,00	R\$ 359.166,00	R\$ 10.493.482,00	R\$ 547.222,00	R\$ 45.631.867,00

Fonte: SIDRA. Efetivo da Pecuária. Produção Agrícola Municipal (PAM) 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939> Acesso em: dez, 2017.

Os bovinos totalizam 531.590 cabeças no TSM, representando 2,24 % do rebanho estadual (23.768.959) embora o estado mineiro equivalha a 11,04 % do total do país (215.220.508). O município de Curvelo (96.483) tem o maior número, enquanto Guaraciama (6.941) tem o menor número de rebanhos bovinos.

Os suínos são 45.188, no TSM, no estado mineiro 5.047.216 e 39.795.222 no Brasil. Deste total, o estado mineiro participa com 12,68 %. O município de Curvelo é o destaque com 21.947 cabeças de suínos, enquanto o município de Santo Hipólito possui 255 cabeças de suínos.

As aves (galináceos) somam 340.450 no TSM, mais 124.000.000 em Minas, representando 9,42% do Brasil 1.326.452.695. O município de Corinto (50.735) tem o maior efetivo de aves e o menor ficou com Monjolos (5.742).

Os outros efetivos (bubalinos, equinos, ovinos e caprinos) totalizam 22.664 cabeças no território (2.726.296) no estado e (53.924.546) no Brasil. Os municípios que se destacam em termos de outros efetivos são Curvelo (4.750), no outro extremo, Monjolos (323).

O valor da produção total pecuária no TSM é superior a R\$ 364.000.000,00. Entre os municípios, o maior valor fica com Curvelo mais de R\$79.000.000,00, enquanto em Olhos D' Água o valor foi menor R\$2.055.000.000,00. O valor obtido com produção de leite no TSM foi R\$ 357.782.000,00 considerado pequeno em relação aos R\$ 9.134.526.000,00 no Estado mineiro.

Chama-se atenção na concentração do valor obtido com a produção de leite no território em detrimento do restante da produção agropecuária: ovos de galinha (R\$3.968.000,00) e valor da produção de mel (R\$ 2.774.000,00).

Entre os municípios os maiores valores obtidos com a produção leiteira ficaram com Curvelo (R\$79.200.000,00), os municípios abaixo de R\$ 2.000.000,00 está Guaraciama (R\$ 1.282.000,00) e Olhos D' Água (R\$1.860.000,00). Na produção de ovos, o município de Bocaiúva (R\$ 790.000,00) possui a maior produção, enquanto Monjolos (R\$ 60.000,00) possui a menor produção de ovos.

Na produção de mel, se destaca o município de Bocaiúva contabilizando R\$1.638.000,00, por outro lado, Corinto (R\$ 2.000,00) apresenta a menor produção. Nos municípios de Monjolos, Morro da Garça, Presidente Juscelino e Santo Hipólito não produzem mel.

As análises de alguns indicadores que representam o perfil da estrutura fundiária no TSM como o número de estabelecimentos agropecuários, a área ocupada pela agricultura patronal e familiar, o percentual de assentados em conjunto, a produção das culturas de

lavouras temporárias e permanentes, e a atividade pecuária, demonstram um consórcio com características semelhantes em relação a estas variáveis, ou seja, a uma heterogeneidade territorial.

Dentre os dezessete municípios, Curvelo se destaca como o município que apresenta maiores propriedades com predominância na agricultura familiar, maior efetivo de pecuária, concentrando seus valores na produção especialmente leiteira, e na produção de áreas de lavouras permanentes e temporária.

Somente Três Marias possui a propriedade patronal próxima da agricultura familiar, com um valor da produção em lavouras permanentes menores do que os demais municípios, concentrando-se mais na produção leiteira no efetivo da pecuária, dessa maneira, a produção temporária em Três Marias, permanece na média entre os demais municípios. Portanto através desta análise podemos identificar a existência de uma heterogeneidade territorial, ou seja, os municípios apresentaram dados diferentes entre si.

A homogeneidade no Território Sertão de Minas se refere ao fato de que todos os municípios possuem características de agricultores familiares.

No Território Sertão de Minas, o estabelecimento de agricultura familiar é mais representativo. Em contrapartida, o território possui maiores áreas patronal, uma vez que na produção das lavouras temporárias predomina cana-de-açúcar e milho. As áreas de agricultura familiar têm predominância nos cultivos de banana e manga.

Podemos concluir que em termos econômicos, a indução de políticas públicas não atingiu o impacto esperado, tanto no crescimento econômico quanto em programas voltados para a agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi avaliar as políticas públicas no Território Sertão de Minas a partir dos anos 2000. Tais políticas foram estimuladas por meio dos consórcios territoriais de desenvolvimento rural pelo Governo Federal no Estado de Minas Gerais. Após esta análise, verificamos que a criação do Território e as ações realizadas, para a contribuição da política pública para promoção do desenvolvimento rural sobre o território Sertão de Minas, foram insuficientes para alterar a sua trajetória de baixo dinamismo econômico e social.

Em relação aos municípios; existem diferenças significativas entre eles, apresentam dimensões variadas o que dificulta em encontrar maior homogeneidade. O Território Sertão de Minas possui baixa densidade populacional, demonstrando um grande vazio demográfico, com caracterização de territórios rurais e território da cidadania, evidenciando maior peso da população urbana, mas 18,53% da população ainda vivem no rural, em alguns municípios o percentual passa dos 40%, com possibilidade de mudança em função da migração da população rural para as cidades, o que indica que as políticas de desenvolvimento territorial não estão ajudando a reduzir essa situação. Por outro lado, há registro de avanços nos indicadores socioeconômicos e redução no nível de pobreza.

Em termos econômicos, observamos nos dados analisados uma queda do percentual de pobres e de extremamente pobres, mas ainda este percentual está muito superior aos indicadores Estaduais e Nacionais. A renda dos mais pobres vem crescendo, apesar disso a participação do Programa Bolsa Família do Governo Federal nestes municípios mais pobres vem decrescendo nos últimos anos, permanecendo aquém do indicador do Estado.

No Produto Interno Bruto, nos anos 2000 a 2010, o Território Sertão de Minas, apresentou crescimento abaixo da média estadual e nacional, contudo em 2010 a 2014 podemos concluir que ocorreu uma redução na taxa de crescimento, embora alguns municípios (Bocaiúva, Buenópolis, Corinto, Curvelo, Engenheiro Navarro, Joaquim Felício e Presidente Juscelino) cresceram acima da média mineira, e nacional.

O Território Sertão de Minas demonstra uma elevada participação no setor de serviços com grande peso dos serviços administrados em relação ao VAB, possuindo baixa participação do setor agropecuário e do setor industrial, exceto Três Marias que expõe uma elevada participação do setor industrial. Contudo, a agropecuária apresenta grande importância em relação ao estado.

As políticas públicas que se intensificaram nos anos 2000 precisam de ampliações

constantes tanto nas políticas sociais, quanto em termos econômicos no Território Sertão de Minas. Em relação às políticas sociais, é necessário desenvolver projetos que qualificam melhor os estabelecimentos agropecuários na agricultura familiar para que ocorra uma maior diversificação das culturas entre os municípios; elaborando projetos e ações para as atividades não agrícolas, com criação de uma linha de crédito para os projetos destas atividades, resultando em renda maior para as famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Economia Aplicada – nº número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho, 2000.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br> . Acesso em: ago/2017.
- BAUMANN, R. “O Brasil nos anos 1990: uma economia em transição”. In: BAUMANN, R. (Org.) **Brasil: Uma Década Em Transição.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BIBLIOTECA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/fernando-henrique-cardoso> Acesso em: Março, 2018.
- BORGES Lizely. **Temer transfere secretarias da reforma agrária e Incra para Casa Civil.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/05/30/temer-transfere-secretarias-da-reforma-agraria-e-incra-para-casa-civil.html> Acesso em: Maio, 2018.
- BOURDIEU, P. “O capital social.” In: CATANI, A; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico,** Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. **Decreto nº 8.780,** de 27 de Maio de 2016. Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República.
- BRASIL. Governo do Brasil- **Economia.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>. Acesso: Março 2018.
- _____. **Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário- SDT. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresenta%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: março, 2018.
- _____. **Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Apresenta Informações sobre o Ministério e suas atividades. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: Nov, Dez 2017.
- _____. **Ministério do Desenvolvimento Social.** Apresenta Informações sobre o Ministério e suas atividades. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: Nov, Dez.2016.
- CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: XAVIER, C. L. (Org.) **Desenvolvimento Desigual.** Uberlândia: EDUFU, 2004.

CARDOSO, Raquel Finamor. **Território da Cidadania Sertão de Minas**: uma interpretação da política pública. Lavras: UFLA, (Dissertação- Mestrado) Universidade Federal de Lavras, 2013.

CNDRS. (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável). **Plano Nacional De Desenvolvimento Rural Sustentável** 3ª Versão. 04 Dez.2002.

DANTAS, R. M.; COSTA, M. P. “Territórios Rurais no Brasil e suas estratégias de desenvolvimento”. In: **I Simpósio Mineiro de Geografia**: das diversidades à articulação geográfica, 2014, Alfenas - MG. I Simpósio Mineiro de Geografia: das diversidades à articulação geográfica, 2014. Disponível em: <http://www.sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/1372414597.pdf> Acesso em: fev.2018.

FAVARETO, Ariane. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sertão de Minas**: Subsídio Para Discussão. MDA. [Convênio nº 13/2005 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços]. Nov.2006. Disponível em: http://www.sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio048.pdf Acesso em: fev.2018.

GOVERNO FEDERAL. **Portal da Transparência**. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaTRProgramaPesquisaMunicipio.asp?exercicio=2017&codigoPrograma=2029&textoPesquisaPrograma=&codigoFuncao=21&codigoSubfuncao=127&codigoAcao=210X&textoPesquisaAcao=&siglaEstado=MG&Pagina=2> Acesso em: Maio, 2018.

GOVERNO FEDERAL. **Portal Da Transparência**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoMunicipio.asp?Exercicio=2010&textoPesquisaAcao=&codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&siglaEstado=MG> Acesso em: Dez.2017.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX**: 1914-1991. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 1995.

INSTITUTO AÇO BRASIL. Disponível em: <http://www.acobrasil.org.br/site2015//votorantim.html> Acesso em: Maio, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: jun. 2017.

_____. **Produção Agrícola Municipal 2013**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: jun. 2017.

_____. **Produção Pecuária Municipal 2013**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: jun. 2017.

JESUS, C. M. ; Ortega, A. C. . “O desenvolvimento territorial rural em Minas Gerais: resultados de uma década de políticas governamentais”. In: **52 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural** - SOBER, 2014, Goiânia. Heterogeneidade e suas implicações no rural brasileiro. Brasília: Sober, 2014. v. 1. p. 1-20.

JESUS, C. M. **Desenvolvimento territorial no Brasil: a experiência dos consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Econômica Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. 139 f.

JESUS, C. M. **Desenvolvimento Territorial Rural: análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha**. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Econômica da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. 289 f.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. Reimpressão. São Paulo: ATLAS, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Documento de Referência da 2ª Conferência Nacional de ATER**; Ater, agroecologia e alimentos saudáveis. Brasília-DF: MDA, out.2015.

_____. **Sistema de Informações Territoriais**. Disponível em <http://www.sit.mda.gov.br/mapa.php?menu=imagem&base=2> Acesso em: fev.2018.

ORTEGA, A. C, JESUS, C. M. **Café e Território**: a cafeicultura no Cerrado Mineiro. Campinas, SP: Alínea, 2012.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M.. “Desenvolvimento Rural em Minas Gerais: caracterização socioeconômica dos territórios rurais mineiros induzidos por políticas públicas na última década.” In: ORTEGA, A. C.; MOYANO-ESTRADA, E.. (Org.). **Desenvolvimento em Territórios Rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha**. 1ed. Campinas - SP: Editora Alínea, 2015, v. 1, p. 277-308.

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos**: Desafios para as Políticas de Desenvolvimento Rural. Uberlândia, MG: EDUFU, 2008.

ORTEGA, A. C. ; MUNIZ, A. L. P. ; JESUS, C. M. ; LIMA, L. F. . “Desenvolvimento Territorial Rural e Consórcios Intermunicipais: políticas de indução de arranjos sócios produtivos em Minas Gerais”. In: XIV **Encontro Nacional de Economia Política**, 2009, São Paulo. XIV Encontro Nacional de Economia Política, 2009.

ORTEGA, A. C; JESUS, C. M; LIMA, L.F; MUNIZ A.L P. **Desenvolvimento territorial rural e consórcios Intermunicipais**: estudo de caso dos arranjos sócios produtivos Induzidos em Minas Gerais. SOBER. Porto Alegre, 2009.

ORTEGA, A.; CARDOSO, A. **Potencialidades e limites de uma política de desenvolvimento local**: o Pronaf à luz do Leader. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 40, n. 2, abr./jun. 2002.

_____. **Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs**. In: Rev. Econ. Social. Rural [online]. 2007, vol.45, n.2, pp.275-300. Disponível em: <http://www.dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000200003> . Acesso em: out.2017.

PORTAL BRASIL. **Mais 74 Territórios Rurais são incluídos em programa de desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/05/mais-74-territorios-rurais-sao-incluidos-em-programa-de-desenvolvimento>. Acesso em: Março, 2018.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004.

SEADE. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – **Relatório Estadual de Acompanhamento**. São Paulo: SEADE, 2012. Disponível em: http://www.produtos.seade.gov.br/produtos/odm/pdf/ODM_4.pdf Acesso em: Março, 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>. Acesso em: Abril, 2018.

_____. **Notícias PRONAF** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-20-anos-de-apoio-aos-agricultores-familiares> Acesso em: Fev.2017.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Nem Tudo é Urbano**. Ciência e Cultura, ano 56, N. 2, abr.-jun. 2004.